



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LAIANA FERNANDES MACIEL

**A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Uma análise a partir da  
Organização da Sociedade Civil Oficina Escola de Lutheria da Amazônia**

MANAUS/AM  
Setembro 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LAIANA FERNANDES MACIEL

**A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Uma análise a partir da  
Organização da Sociedade Civil Oficina Escola de Luthéria da Amazônia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Elourdiê Macena Corrêa

MANAUS/AM  
Setembro 2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernandes Maciel, Laiana

F363i A inserção e permanência de crianças e adolescentes no projetosocial esporte para todos: Uma análise a partir da organização da sociedade civil oficina escola de Lutheria da Amazônia / Laiana Fernandes Maciel . 2022 66 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Elordiê Macena Corrêa  
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Crianças e adolescentes. 2. Terceiro setor. 3. Projeto social. 4. Inserção social. 5. Permanência. I. Corrêa, Elordiê Macena. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LAIANA FERNANDES MACIEL

**A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Uma análise a partir da  
Organização da Sociedade Civil Oficina Escola de Lutheria da Amazônia**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade Federal do  
Amazonas, como parte das exigências  
para a obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social.

Manaus, 12 de setembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Elourdiê Macena Corrêa  
Orientador(a) CRESS nº 912

---

Professora Doutora Roberta Justina da  
Costa CRESS nº 1.734  
Coordenadora do Departamento de Serviço Social - Universidade Federal do  
Amazonas

---

Assistente Social Vanessa Cristine Oliveira Praia CRESS nº 4.567  
Oficina Escola de Lutheria da Amazônia – Serviço Social

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu forças e coragem pra chegar até aqui. Ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, me sinto orgulhosa em poder ter feito parte. E a Todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

A minha mãe e irmãos que sempre me deram total apoio mesmo com a distância, me compreenderam e acreditaram no meu potencial.

Ao meu namorado vou ser eternamente grata, me ajudou em momentos muito importantes dessa trajetória, sonhou os meus sonhos e principalmente apoiou quando mais precisei.

Aos meus amigos da faculdade sou grata a todos pela amizade, sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Principalmente minha amiga Pâmela, que foi minha maior incentivadora, sempre acreditou em mim, me ajudou nas horas mais difíceis da graduação, sempre acreditando que eu ia conseguir vencer e ser uma profissional de excelência, sou grata a Deus pelas amizades que conquistei dentro da sala de aula e com certeza são amigos que levarei para a vida.

Agradeço a Instituição Oficina Escola de Luthéria da Amazônia (OELA) pela oportunidade de estágio, onde foi essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi nos 11 meses de estágio curricular. Ao longo dessa trajetória tive o privilégio de trabalhar com profissionais de excelência.

Expresso também minha gratidão a todos os profissionais do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, principalmente a minha professora de pesquisa 2 Gracileide Lopes por todo o apoio que me deu no começo da pesquisa que foram essenciais para eu chegar até aqui, agradeço também à minha orientadora com profunda admiração pelo vosso profissionalismo Professora Elourdiê Macena Corrêa por todas as bases necessárias para a realização deste trabalho.

Gratidão a todos que direta ou indiretamente me incentivaram a não desistir e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

*“O esporte é a ferramenta de inserção social mais eficaz, pois o resultado é imediato e as transformações são surpreendentes”  
Leandro Flores.*

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo geral analisar o contexto social da inserção e permanência de crianças e adolescentes no projeto Esporte Para Todos, coordenado pela Instituição Oficina Escola de Lutheria da Amazônia. A relevância justifica-se pela importância que os projetos sociais desse tipo têm contribuído não só para a vida das crianças e adolescentes, mas da comunidade em geral. O Terceiro Setor vem ganhando grande proporção na sociedade civil e tem se demonstrado como um dos protagonistas em projetos sociais voltadas para a área de crianças e adolescentes. O estudo possibilitou observar que os projetos sociais desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), especialmente a contemplada neste estudo, desempenham um papel importante no desenvolvimento de ações sociais voltadas para pessoas que vivem em situação de pobreza. São Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, como a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), que trabalham com iniciativas de projetos sociais que veem contribuído para mudar as perspectivas de vidas de muitas crianças e adolescentes. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi desenvolvido por meio de revisões bibliográficas e documentais, que incluíram análise de relatórios mensais do projeto Esporte Para Todos, Relatório anual da instituição e diagnóstico social para o conhecimento da realidade sócio histórica e econômica das crianças e adolescentes atendidos pela OELA e caracterizar, por meio desses documentos, os desafios que essas crianças ou adolescentes tiveram em seu cotidiano.

**Palavras-chave:** Crianças e adolescentes; Terceiro Setor; Projeto Social.



## **ABSTRACT**

The general objective of this research is to analyze the social context of the insertion and permanence of children and adolescents in the project Esporte Para Todos (Sport for All), coordinated by the Institution Oficina Escola de Luteria da Amazônia. The relevance is justified by the importance that social projects of this type have contributed not only to the lives of children and adolescents, but the community in general. The Third Sector has been gaining great proportion in civil society and has shown itself as one of the protagonists in social projects focused on the area of children and adolescents. The study made it possible to observe that the social projects developed by Civil Society Organizations (CSOs), especially the one contemplated in this study, play an important role in development of social actions aimed at people living in poverty. They are non-profit Civil Society Organizations, such as the Luther School Workshop of the Amazon (OELA), which work with social project initiatives that have contributed to changing the life perspectives of many children and adolescents. As for the methodological procedures, the study was developed through bibliographic and documentary reviews, which included analysis of monthly reports of the Sport for All project, the institution's annual report and social diagnosis to learn about the socio-historical and economic reality of the children and adolescents served by OELA and characterize, through these documents, the challenges these children or adolescents had in their daily lives.

**Keywords:** Children and Adolescents; Third Sector; Social Project.

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

<b>QUADRO 1 - Critérios considerados para a aprovação do projeto.....</b>	<b>44</b>
<b>QUADRO 2 - Benefícios Sociais geridos pelo Governo Federal.....</b>	<b>52</b>
<b>FIGURA 1 - Atividade sobre combate ao abuso e exploração sexual.....</b>	<b>57</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1</b> – Faixa etária das Crianças e dos Adolescentes.....	44
<b>GRÁFICO 2</b> – Escolaridade dos Participantes.....	45
<b>GRÁFICO 3</b> – Composição Familiar.....	46
<b>GRÁFICO 4</b> – Pessoas que moram na mesma casa.....	48
<b>GRÁFICO 5</b> – O tipo de moradia.....	49
<b>GRÁFICO 6</b> – Renda Familiar.....	50
<b>GRÁFICO 7</b> – Taxa de Desemprego no Brasil.....	51

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANC - Assembleia Nacional Constituinte  
BPC – Benéfico de Prestação Continuada  
CF – Constituição Federal  
EAD - Ensino à Distância  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
ERE - Ensino Emergencial Remoto  
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LBD - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
MMMR- Movimento Meninos e Meninas de Rua  
OELA- Oficina Escola de Lutheria da Amazônia  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
OSC – Organização da Sociedade Civil  
PBF – Programa Bolsa Família  
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PLIMEC - Plano de Integração do Menor na Comunidade  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
SAM - Serviço de Assistência a Menores  
SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social  
SEMASC - Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania  
SES - Secretaria de Estado da Saúde  
SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude  
UNESCO - Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL</b> .....	<b>19</b>
1.1 A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL: um regaste histórico necessário .....	19
1.2 BRASIL, MOSTRA A TUA CARA: os movimentos sociais e a conquista dos direitos da criança e do adolescente .....	26
1.3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS) E A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: a importância dos projetos sociais esportivos .....	29
<b>CAPÍTULO 2: AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: UM RECORTE SOBRE A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b> .....	<b>35</b>
2.1 A QUESTÃO SOCIAL: um recorte sobre a problemática da criança e do adolescente na contemporaneidade .....	35
2.2 A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: uma perversa expressão da questão social no Brasil .....	38
<b>CAPÍTULO 3: O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: UM CAMINHO VIÁVEL PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL?</b> .....	<b>43</b>
3.1 O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: quem são as crianças e os adolescentes que dele participaram .....	43
3.2 O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: quais são as condições sociais das crianças e dos adolescentes que dele participaram .....	47
3.3 O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: quais os desafios para a inserção e permanências das crianças e dos adolescentes .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>60</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa teve por objetivo geral analisar o contexto social da inserção e permanência de crianças e adolescentes no projeto Esporte Para Todos coordenado pela instituição Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), uma Organização da Sociedade Civil de direito privado sem fins lucrativos situada na Zona Leste da cidade de Manaus (AM).

A pesquisa buscou, a partir dos documentos institucionais, identificar a realidade sócio-histórica e econômica de crianças e adolescentes atendidos pelo referido projeto, caracterizar os desafios para a sua inserção social e as motivações para a permanência nas atividades desenvolvidas.

O interesse pela temática partiu das experiências vivenciadas pela discente durante o período de cumprimento da disciplina Estágio Curricular I, II e III do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na referida durante o período de 15/04/2021 a 14/02/2022. Diante dessa experiência foi possível observar que, durante a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2<sup>1</sup>, as crianças ficaram mais vulneráveis socialmente, emocionalmente e, principalmente, economicamente. Assim, foi possível identificar por meio do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo projeto Esporte Para Todos a importância que o mesmo fez no cotidiano de crianças e adolescentes atendidos pela instituição durante aquele período.

A pertinência desta pesquisa justifica-se pela visibilidade e importância que projetos sociais desse tipo têm alcançado no interior dos bairros de Manaus e demonstrado que contribuem não só para o atendimento às crianças e aos adolescentes, mas também às suas famílias e à comunidade em uma proposta que agrega esporte, educação, lazer e geração de renda, além de viabilizar a inserção em políticas públicas de Assistência Social.

A pesquisa justifica-se, também, pela relevância da temática Terceiro Setor que tem alcançado grande proporção na sociedade civil e se apresentado como uma das

---

<sup>1</sup>A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019 e no Brasil o Ministério da Saúde decretou a pandemia em 11 de março de 2020. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 06/08/2022

protagonistas em projetos sociais voltados a crianças e adolescentes, bem como pelo adensamento do debate acerca do objeto de estudo e pela contribuição à produção bibliográfica já existente sobre a temática, com recorte para a cidade de Manaus, de interesse para acadêmicos e profissionais do Serviço Social e áreas afins.

O quadro desvela que vivemos em uma sociedade de grande disparidade social, com desigualdades de oportunidades onde as pessoas carentes de recursos não conseguem ter acesso por meio do Estado as políticas públicas sociais eficazes e universais. Assim, a pobreza e a desigualdade social são fortes impulsionadoras para o aumento das dificuldades vivenciadas pelas crianças e adolescentes, que estão mais vulneráveis à violência doméstica (física, emocional e sexual), evasão escolar, trabalho precoce, especialmente aqueles que vivem em áreas onde há maior risco social.

Assim, observa-se que os projetos desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil - OSCs, em especial a que tem escopo neste estudo, têm um papel fundamental no desenvolvimento de atividades sociais voltadas as pessoas que vivem em situação de pobreza. A partir dessa reflexão, e das experiências vivenciadas na instituição campo de Estágio, surgiu o questionamento sobre o objeto de estudo: Como se dá a inserção de crianças e adolescentes e quais são os desafios para a permanência no projeto Esporte Para Todos coordenado pela Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)?

Para Gil (1999), a metodologia é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para alcançar o conhecimento científico. Para Demo (1987), a metodologia científica é uma preocupação instrumental, que traça o caminho para a ciência tratar a realidade teórica e prática. Com isso pode-se inferir que a metodologia da pesquisa constitui o guia, as normas e a orientação que o pesquisador necessita para construir o seu trabalho. Assim, o caminho percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa ficou estruturado da seguinte forma:

No primeiro momento foi fundamental o levantamento bibliográfico acerca da temática Terceiro Setor para a aproximação e delimitação do objeto de pesquisa. Por meio dele pode-se ter um entendimento sobre os assuntos abordados e fazer a estruturação do referencial teórico, definição das categorias, em que foi possível expor uma grande quantidade de informações através de diversas obras, confrontando e confirmando o tema, utilizando como base livros e artigos relacionados a revisão de literatura do objeto em questão.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa documental junto a Oficina Escola de Luteria da Amazônia, com a devida autorização da instituição por meio do Termo de Anuência (ANEXO 1), em que foram coletados dados, a partir dos relatórios, diagnósticos e fichas sociais elaborados pelo Serviço Social, com o objetivo de conhecer a realidade sócio-histórica e econômica das crianças e adolescentes atendidos pela OELA e caracterizar, por meio desses documentos, os desafios que essas crianças e/ou adolescentes tiveram em seu cotidiano a partir da sua inserção nas atividades do projeto e, principalmente, as motivações para sua permanência. Por meio desses instrumentais e dos arcabouços teóricos e metodológicos acerca do objeto, a pesquisa buscou analisar as circunstâncias sociais e econômicas das crianças e adolescentes inseridas no projeto social Esporte Para Todos.

No terceiro momento do estudo foram realizadas a sistematização, a análise e a discussão dos dados, onde se privilegiou os dados qualitativos sem, no entanto, desconsiderar os dados quantitativos que, segundo Minayo (2020), orientam-se e complementam-se entre si.

Em consonância com essas etapas, o estudo está delineado com base nas pesquisas bibliográfica e documental. De acordo com Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica de produções já publicadas sobre o objeto a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Permite, assim, ao pesquisador, o aprofundamento do objeto estudado e, ainda, o embasamento teórico que norteia a pesquisa.

Já a pesquisa documental, segundo Guba e Lincoln (1981) consiste num intenso e amplo exame de diversas matérias que não foram utilizadas para nenhum trabalho de análise, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos. Logo, a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são especificamente procedentes de instrumentos que ainda não receberam tratamento secundário, com objetivo de retirar informações originais neles contidos.

Nesse sentido, os dados documentais foram coletados por meio de um formulário construído pela autora com questões distribuídas em dois blocos: I) relativas ao perfil socioeconômico com o fim de caracterizar as condições sociais e econômicas das crianças e dos adolescentes atendidos pelo projeto; II) sobre a inserção e a permanência desses



sujeitos, com o fim de conhecer como se deu o seu ingresso e quais as motivações para a permanência no projeto.

Para o tratamento e análise dos dados considerou-se, conforme acima mencionado, as abordagens qualitativa e quantitativa consideradas complementares por Minayo (2009), quando argumenta que:

Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam criar modelos, descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações (MYNAYO, 2009, p. 22)

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está dividido em três capítulos assim distribuídos: O primeiro capítulo **O contexto histórico e social da criança e dos adolescentes no Brasil** faz uma contextualização sócio-histórica sobre a trajetória da criança e do adolescente a partir do Brasil Colonial, quando era comum em toda a sociedade a exploração do trabalho infantil. A história social do desenvolvimento de crianças e adolescentes empobrecidos passou por inúmeras dificuldades, pois não havia na época o conceito de infância, mas sim um sistema desumanizado para tratar crianças que vivenciavam diversas formas de privação, como fome, sede, exploração, abuso sexual e insegurança em casos de naufrágios.

O segundo capítulo **As expressões da Questão Social no Brasil: Um recorte sobre a problemática da criança e do adolescente** aborda a questão social como um conjunto de expressões consubstanciadas pela desigualdade social, oriundas da contradição entre o capital e o trabalho instaurada na sociedade capitalista, demonstrando a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, manifestada por problemas sociais como a pobreza, desemprego, injustiças, violências, enfatizado que a questão social está profundamente associada ao processo de acumulação do capital onde o seu fundamento teórico está contido, sob a perspectiva crítica, na lei geral de acumulação capitalista.

O terceiro capítulo, por fim, **O projeto social Esporte Para Todos: Um caminho viável para o enfrentamento da Questão Social?** buscou, por meio dos dados extraídos dos documentos institucionais, identificar as condições socioeconômicas das crianças e dos adolescentes atendidos pelo projeto bem como os desafios para a inserção social e a permanência nas atividades desenvolvidas pelo referido projeto durante a pandemia

causada pelo vírus SARS-CoV-2. A análise dos dados foi realizada sob a perspectiva qualitativa e quantitativa, conforme proposta metodológica indicada para este estudo.

## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTES NO BRASIL

Segundo Marx *apud* Netto (2009), o presente ilumina o passado, ou seja, a complexidade da problemática atual permite a compreensão do fenômeno social e sua origem, apresentada sempre de forma menos complexa. No entanto, o autor também considera que é importante conhecer a gênese do fenômeno social do objeto em estudo para contextualizar, historicamente, a problemática.

Nesse sentido, o presente capítulo busca contextualizar historicamente a trajetória da criança e do adolescente no país desde o Brasil Colônia onde era constante a exploração da mão de obra desse público quando sequer existia a caracterização de infância nesse período. Logo, esse público passava por inúmeras violações como a exploração intensa do trabalho, abusos sexuais e privações de todas as ordens.

#### **1.1. A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL: Um resgate histórico necessário**

Estudar a história da criança e do adolescente no Brasil não representa uma tarefa fácil, já que a problemática da criança pobre sempre esteve presente no cotidiano da sociedade trazendo uma sequência de diferenças culturais e sociais entre as crianças indígenas (nativas) e as trazidas da África para serem escravizadas como também, mais tarde, as nascidas em território brasileiro. (LINHARES, 2016, p. 31)

Os registros comprovam que a história do desenvolvimento de crianças e adolescentes pobres é caracterizada por inúmeros sofrimentos e dificuldades no período do Brasil Colônia e Império. Segundo Linhares (2016) a exploração de crianças era comum e aceita por toda a sociedade como, por exemplo, a exploração da mão de obra infantil indígena e africana, pois nesse período ainda não existia o conceito de infância e sim um sistema de desumanização no trato do público infantil que passava por todas as formas de privações, tais como fome, sede, exploração do trabalho, abusos sexuais, insegurança em naufrágios fazendo as viagens marítimas que as conduziam ao Brasil se transformarem em um grande sofrimento.

Segundo Ramos *apud* Paganini (2011) o Brasil, que fora ocupado pelos portugueses no século XVI (ano de 1500), só passou a ser colonizado pelos lusitanos a

partir de 1530. Durante esse processo de colonização, crianças europeias embarcavam como tripulantes para servir os adultos com trabalhos pesados durante o trajeto marítimo que trasladava os colonizadores para a expedição e exploração de terras brasileiras. Essas eram chamadas grumetes, pajens e os “órfãs” do rei, algumas delas embarcadas por seus próprios pais ou responsáveis.

Os grumetes e os pajens eram escudeiros e “órfãos” do rei, os primeiros eram os mais pobres, realizavam os trabalhos mais perigosos, eram vítimas de inúmeras tragédias a bordo, além da má alimentação. De acordo com Ramos (2000), os pajens eram os “companheiros” da família, onde a vida cotidiana era menos árdua, pois eles serviam aos oficiais e realizavam serviços domésticos a bordo, arrumavam os camarotes e as camas.

Para Ramos (2000) As crianças que embarcavam nessas condições eram enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da coroa que aqui se encontravam ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente. Nessas circunstâncias, os grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abuso sexual de marinheiros rudes e violentos, até crianças acompanhadas de seus pais eram estupradas por pedófilos já as “órfãs” tiveram que ser guardadas e vigiadas com atenção durante os longos dias de viagem, para que pelo menos chegasse à colônia virgens.

Dessa forma, como não existia o conceito de proteção e afeto às crianças, ou seja, elas não eram consideradas em sua condição infantil e, dessa forma, eram submetidas desde cedo ao trabalho em atividades penosas, insalubres e perigosas, estavam destinadas a usar a sua mão-de-obra enquanto durasse sua curta vida. Conforme Priore (2000), a expectativa de vida dessas crianças era de 14 anos de idade. No entanto, metade de todos os nascidos vivos morriam antes dos 7 anos, justamente por não resistirem a essa árdua exploração de trabalho e violência nas embarcações.

Assim, segundo Priore (2000) enquanto os meninos pobres com menos de 16 anos eram enviados como grumetes e criados em navios portugueses do século XVI, alguns dos filhos dos oficiais, mesmo não sendo escudeiros - que era os companheiros e servente do cavaleiro eles vinham a bordo como companheiros de seus pais apenas para aprender os ofícios da marinha. Então nota-se que entre os séculos XVI e XVIII, embora os grumetes fossem apenas crianças, realizavam a bordo todas as tarefas que normalmente eram incumbidas aos adultos, porém, recebiam menos da metade do salário de um marinheiro e, além disso, sofreriam diversos maus tratos.

De acordo com esses autores a infância e a adolescência no Brasil Colonial eram destituídas de quaisquer direitos e o trato da problemática das crianças carentes era delegada à Igreja Católica que assumiu a responsabilidade pelo atendimento às necessidades dessa população carente onde a instituição clerical destinava assistência aos doentes, aos pobres, aos idosos, às crianças órfãs, às viúvas e demais desamparados sociais.

Nesse contexto, as crianças pobres passaram a viver sob os cuidados dos padres da congregação Companhia de Jesus, que eram responsáveis pela catequese e educação das mesmas. De acordo com Chambouleyron *in* Priore (2000), o ensino das crianças, foi uma das primeiras e principais preocupações dos padres dessa congregação pois desde o início de sua missão na América Portuguesa faziam reuniões com os órfãos para ensinar a ler, a escrever, a evangelizar e as regras dos bons costumes.

Conforme Linhares (2016) Durante a permanência da Companhia de Jesus no Brasil Colonial, que durou entre os anos de 1500 a 1757. A missão dessa congregação foi dedicada a ajuda espiritual e assistencial. Apesar do modo de socialização sofrido pelas crianças e adolescentes ao longo desse período, acreditava-se que a catequização constituiria novas gerações de cristãos no “Novo Mundo”, mas, com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, a educação dos nativos ficou à deriva na sociedade por longos anos.

Já no século XVIII, com a intensificação do descaso e abandono de crianças no Brasil, foi implantado um sistema de acolhimento às crianças rejeitadas denominado Roda dos Expostos, experiência trazida da Europa colonizadora, que consistia no recebimento anônimo de crianças pobres, rejeitadas e órfãs para cuidados e adoção, representando essa a principal política voltada a infância do período colonial. Que segundo Marcílio (2001, p. 53) o sistema de Roda de Expostos:

Seria um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio, ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas.

Ainda que oficialmente o trato da questão social das crianças abandonadas estivesse sob a responsabilidade das municipalidades, esses não desenvolviam ações efetivas e contundentes, aliás, eram raras as vezes em que as câmaras municipais

assumiam suas responsabilidades por esses pequenos, o que havia de fato era o descaso, a omissão, a pouca disposição para com esse serviço frente a situação o sistema Roda dos Expostos, que foi a única e de mais longa vida instituição brasileira de assistência às crianças sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história (Colônia, Império e República). (MARCILIO, 2001, p.54)

A autora esclarece, ainda, que a nomenclatura da “roda” provém do dispositivo circular, construído geralmente de madeira, onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição, geralmente as Casas de Misericórdia, dirigidas pelos religiosos da Igreja Católica. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar à vigilante ou “rodeira” que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor, furtivamente, retirava-se do local, sem ser identificado.

Esse sistema, nas cidades em que constituíam os principais centros do país, passou a ser questionado e considerado imoral e contra o interesse do Estado, em função de sua própria falta estrutura física, política e de pessoal para o trato da problemática, que requeria uma ação estrutural para o seu enfrentamento. É nesse período que se inicia no Brasil o movimento para a extinção desse sistema, capitaneado inicialmente, pelos médicos sanitaristas e trabalhadores da saúde, alarmados com a alta taxa de mortalidade existente nas casas dos expostas e pelo abandono das crianças que não conseguiam adoção em tenra idade. O cenário de alta mortalidade e de crianças que não conseguiam adoção que eram abandonadas em espaços públicos e o movimento eugenista<sup>2</sup> e jurista que, naquele período, se mostraram atuante, redimensionaram as ações do trato dessa problemática.

Assim, com o objetivo de alterar esse quadro e apoiados por juristas da época, esses começaram a considerar novas leis para proteger crianças abandonadas e extinguir<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Movimento eugenista: Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana ou, como foi definida por um de seus seguidores ao aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade. O movimento eugenista, ao buscar “melhorar a raça”, deveria tratar a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características indesejáveis como doenças mentais. (MACIEL, 1999, p. 121)

<sup>3</sup> Apesar da extinção do sistema Roda dos Expostos, o término do uso na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo se dá em 20 de dezembro de 1950, quando Maria Assunta foi recebida e registrada em um livro com o número de 4.580. Mesmo depois que a roda foi retirada de seus muros, a Irmandade de Misericórdia

o sistema Roda dos Expostos, que fora substituído por ações a filantrópicas de modelo assistencial que concedeu a tarefa de organizar a assistência dentro das “novas” exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil.

Por fim, infere-se, com referência aos autores aqui citados, que a história do cotidiano das crianças no período colonial, desde os traslados nos navios portugueses do século XVI, é constituída por tragédias e grande sofrimento manifestados por práticas cotidianas de abuso e exploração infantojuvenil e desprovida de proteção social e jurídica visto que não era prioridade da Coroa Portuguesa enfrentar legitimamente essa problemática.

Conforme Veronese (1999) durante o período imperial, entre 1822 e 1889, evidencia-se a preocupação relativa à educação, à saúde e à assistência das crianças, mas não se pode ignorar que a herança política e social das raízes coloniais do Brasil e a manutenção da escravidão são partes importante de uma estrutura hierárquica cujo objetivo primordial é unificar territórios, defender e afirmar fronteiras, por meio de um poder centralizado, em que a criança não tinha prioridade de preocupações pelo poder político. Nesse contexto, ainda conforme a autora, as crianças e os adolescentes no Brasil, quando se estabeleceu o modelo de governo centralizado, a primeira constituição brasileira não deu atenção especial às crianças, refletindo o *status* ainda marginal da infância.

A exclusão de crianças e adolescentes por parte dos governantes e a conseqüente marginalização desses grupos sociais aparece como uma das formas mais perversas de marginalização social. Isso porque exclui parcelas da sociedade que nunca tiveram a oportunidade ou as condições de escolher seu próprio caminho. (VERONESE, 1999, p. 179)

A literatura especializada mostra que durante o período imperial, crianças e adolescentes foram negligenciados, sem direitos garantidos e explorados por trabalhos extenuantes. Esse descaso continuou diante do modelo de Estado liberal em busca da “ordem” e do “progresso” e da instauração da República, em 1889. Contudo, embora as crianças não usufríssem de nenhuma forma de direito específico garantido por lei, no

período republicano surgem as primeiras iniciativas legais para o público infantojuvenil no que tange ao direito desses à Educação.

Pode-se compreender que desde o período colonial, no Brasil, há uma ausência de direitos e uma infância negada de sua existência e convivência, marcada por inúmeras tragédias, sofrimentos e humilhações.

Conforme Custódio (2006), a proposta do primeiro Código de Menores, no Brasil, surgiu somente com a edição do Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, que autorizou o governo federal elaborar um projeto de lei com a finalidade de publicação de um Código de Menores. De sentido, Veronese (1999, p. 27-28) explica:

O Código de Menores veio alterar e substituir concepções obsoletas como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. Abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o regenerar e educar. Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e à adolescência devem ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal.

Ainda conforme o autor, esse código foi criado com o intuito de representar as ideias que vigoravam na Europa daquela época, de que o necessário, às crianças e adolescentes, seria colocá-las em instituições de práticas psicopedagógicas, para tentar solucionar o problema da ociosidade, da delinquência e do abandono como também as práticas repressoras e punitivas.

Nesse contexto, segundo ainda Custódio (2006), no ano de 1941 foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que tinha o objetivo de proteger os menores institucionalizados, constituindo-se em importante passo para a política de atendimento aos menores, em estabelecimentos governamentais, que até então eram feitas pelos juizados de menores, ainda que sob a referência do Estado regulador e controlador, que enfatiza o tratamento estigmatizado pelo termo “menor” ligado à práticas de ilegalidades.

Já durante o Regime Militar, instaurado no Brasil em 1964, a política de institucionalização da problemática da criança e do adolescente foi adensada por meio da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) entidade criada com a finalidade de formular políticas públicas para o trato das expressões da questão social relacionadas à infância e adolescência e tinha como objetivo e organização a institucionalização, o trabalho repressivo e a assistencialista.



A Funabem foi constituída com base nos princípios da doutrina da segurança nacional que objetivava o atendimento das necessidades básicas do menor atingido por um sistema de marginalização social. Além do mais, o compromisso do Estado era mínimo, onde o poder político não tinha quaisquer responsabilidades com as necessidades de desenvolvimento desse público infantojuvenil. (CUSTÓDIO, 2006, p.11)

Logo, para o enfrentamento das injustiças sociais que há anos vinham sendo praticadas contra os meninos e meninas de rua, o governo brasileiro por meio da Fundação do Bem-estar do Menor (FUNABEM) criou políticas de serviços que tinha um caráter mais familiar, passando a largo o direito efetivo para esse público. Dessa forma, a ação institucional da Funabem buscava integrar os menores nas comunidades por meio da implantação de unidades de atendimento coordenadas pelas Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor (FEBEMs) sob a doutrina do Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC) em bairros da periferia das capitais, onde as crianças e adolescentes participavam de atividades recreativas e esportivas durante o contraturno escolar, e o atendimento em famílias domésticas ou substitutas. Apesar de todos os esforços do governo, essas políticas implementadas não traduziram uma prática educacional e social que atendessem às necessidades desse público.

O debate aqui trazido, com referência aos principais expoentes da área, permite inferir que as políticas desenvolvidas nesse percurso, até a implantação da Funabem, não enfrentavam as expressões da questão social que constituíam a problemática da criança e do adolescente no Brasil, que se tornava cada vez mais grave e distante dos ideais humanitários que cercava a doutrina dos direitos humanos e sociais.

Nesse contexto de acirramento da problemática, de inoperância do Estado no trato da questão, da exaustão do governo ditatorial e do adensamento dos movimentos sociais nos anos 1980, inclusive o Movimento Meninos e Meninas de Rua (MMMR), a sociedade civil foi mobilizada à luta pelos direitos da criança e adolescente no Brasil.

Diante desse cenário político-social, em que se formava uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para a elaboração da Constituição Federal de 1988 para uma “Nova República”, democrática e participativa, é consagrado, pelo Artigo 227, ao Estado, à família, à comunidade e à sociedade civil, o dever do cumprimento legal e social às crianças e adolescentes.

Esse dispositivo legal alterou a face e a natureza no trato da criança e do adolescente no Brasil, tornando-os jurídica e socialmente detentores de direitos e

prioridade absoluta da sociedade brasileira. No próximo item deste capítulo, deter-se-á mais profundamente sobre esse contexto político-social e a quebra dos paradigmas trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

## **1.2. BRASIL, MOSTRA A TUA CARA: Os movimentos sociais e a conquista dos direitos da criança e do adolescente**

A década de 1980, especialmente a segunda metade, tornou a (re)abertura democrática uma realidade e trouxe acentuadas mudanças no campo político, jurídico e social do país. Deve-se isso aos movimentos da sociedade civil, que convergiam suas reivindicações para o fim do governo militar e para uma nova concepção de Estado Nacional.

Nessa efervescência social foi instituída, em 1987, a ANC, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 26, de 1985, formada por vários partidos políticos e segmentos sociais, dentre os quais representantes e militantes da área da criança e do adolescente. A constituinte, que foi presidida pelo Deputado Federal Ulisses Guimarães, tinha por finalidade, junto com a sociedade civil, elaborar o texto que mais tarde seria a Constituição Federativa mais avançada da história do Brasil.

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, também conhecida como “constituição cidadã” representa uma síntese de conquistas importantes e decisivas para o movimento social infantojuvenil brasileiro. O contexto de efervescência social e política, propiciou mudanças na participação da sociedade civil e trouxe grandes e novos arranjos, que após 21 anos de ditadura militar, efetivou-se o processo de (re) abertura política e democrática com novas organizações da sociedade civil e da sociedade política.

Se, por um lado, a nova Constituição Federal de 1988 abraçava os direitos sociais reivindicados pela sociedade em caráter de universalização e participação nas políticas públicas, por outro assistiu-se também, a partir daí, ao recrudescimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) especializadas em ações públicas, pesquisas e denúncias sobre o fenômeno social das crianças e dos adolescentes de rua, expressando a questão social por meio da pobreza, da desigualdade, da violência e da negligência pelo poder político brasileiro. Na década seguinte, em 1990, em atendimento ao Artigo nº 227 da CF/88, foi instituído um novo código e original estatuto voltado para o público infantil,

denominado formalmente de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

A partir desse estatuto, os direitos e deveres da criança e do adolescente passam a ser de responsabilidade do Estado, da sociedade, da comunidade e da família com o futuro das novas gerações, considerados, a partir de então, sob um novo paradigma e concepção. Esse novo paradigma excluía a denominação estigmatizante “menor” e instituía a igualdade de tratamento a todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direito, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento físico, psicológico, moral, social e com prioridade absoluta de atendimento no seio da sociedade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 determina que a família, a sociedade e o Estado são responsáveis pela formação e estruturação das crianças e dos adolescentes, conforme dispõe o Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com essa prerrogativa, as crianças e os adolescentes passam, a partir de então, a terem os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm algumas prerrogativas singulares por serem “merecedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada, integral” (VERONESE, 1996, p. 92).

No Art. 3º do ECA é preconizado que “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” Dessa forma, toda criança e adolescente possui amparo e garantia à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária independente de crença, classe social, costumes, genética, hereditariedade, orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outro fator.

O Art. 4º do Estatuto pode ser analisado como um dos mais importantes para o Direito da Criança e do Adolescente ao estabelecer a essas prioridade absoluta prevista pela Constituição, como mencionado abaixo:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Por esse dispositivo legal compreende-se que as crianças e os adolescentes devem ter atendimento com absoluta prioridade e colocados sob a atenção e proteção do Estado em todas as suas necessidades. Observa-se que os principais avanços que ocorreram no âmbito do sistema de proteção de direitos determinaram responsabilidades e ações para a garantia de direitos. Dessa forma, este sistema de proteção de direitos estabelece políticas de serviço, justiça e promoção para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes e evitar a violação dos mesmos.

O Capítulo IV do mencionado Estatuto, artigos 53 a 59, é dedicado especificamente à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Assim, o ECA estabelece que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1990). Os incisos de I a V do artigo 53 especificam, ainda, que crianças e adolescentes têm

igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990)

Pode-se observar, que os direitos à educação, cultura, esporte e lazer são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes, em que as atividades lúdicas e física colaboram para a particularidade do desenvolvimento e educação dos mesmos. O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013,

que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), propõe no Art. 28, assegurar aos jovens “prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação”, que certamente deverá considerar a sua condição humana peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Pode-se compreender que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais de meninos e meninas, destinando-se a implantação do sistema de garantias, assumindo a responsabilidade de assegurar e efetivar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, com mais políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça social. No entanto, apesar da importante efetivação do ECA, as crianças e os adolescentes ainda sofrem negligências, violações e abusos diariamente, quer seja por parte da família, da comunidade, e do Estado, que não lhes garantem o pleno exercício de seus direitos.

Portanto, as crianças e adolescentes devem compreender a importância do conteúdo do ECA para conhecerem e exercerem os seus direitos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto infere-se que o ECA é um marco na história do país e tornou-se referência para países e organismos internacionais na elaboração de normas voltadas à promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. No entanto, os dados mostram que ainda há muito a ser feito para que o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude se tornem ferramentas de apoio para a efetivação de direitos e das políticas vigentes, chamando o Estado à sua obrigação e a colaboração da sociedade para que todos possam sugerir e incentivar caminhos para orientar as crianças e os adolescentes para o seu pleno desenvolvimento e exercício efetivo da cidadania.

### **1.3. AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) E A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A importância dos projetos sociais esportivos**

O Brasil é um país com elevados níveis de concentração de riqueza e desigualdade social, com uma população de crianças e adolescentes em grande proporção e com carência de políticas públicas sociais efetivas e universais para esse público, apesar da garantia constitucional e estatutária.

Nesse contexto, diante de tantos problemas sociais apresentados como a pobreza, a desigualdade de oportunidades, a violência, o desemprego e a criminalidade, bem como a ausência do Estado no trato das políticas públicas, têm crescido, no âmbito da sociedade civil, o número de instituições privadas sem fins lucrativos, a exemplo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que buscam atender à vulnerabilidade social infanto adolescente apresentada nas comunidades. Conforme Rubem César Fernandes (1997, p. 27):

Fala-se hoje das “organizações da sociedade civil” (OSC) um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado, mas também do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a ideia de “sociedade civil” serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania de forma direta e autônoma. (FERNANDES, 1997, p.27)

Nesse sentido, as OSCs têm assumido importante papel em busca de alternativas para diminuir esses problemas sociais que historicamente existem na realidade brasileira tentando criar soluções para acolher os que estão “à margem” da sociedade, com objetivo de reduzir as carências sociais desse público em seu entorno. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) estão inseridas no chamado "Terceiro Setor" que são entidades sem caráter lucrativo reconhecidas pelo Estado e pela sociedade civil que atuam com fins sociais nas comunidades periféricas. De acordo com Fernandes (Op. Cit.), o “terceiro setor” é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental.

Segundo a literatura especializada, o “Primeiro Setor” é caracterizado pelo governo, ou seja, o agente responsável e com atribuições legal e executiva para o enfrentamento das manifestações das questões sociais em todos os seus segmentos; o “Segundo Setor” é definido como o privado lucrativo, isto é, o mercado - responsável pelas questões individuais em que o lucro é objetivo principal. Já o “Terceiro Setor” é constituído por organizações sociais sem fins lucrativos e não governamentais cujo objetivo é produzir serviços públicos não estatais.

Assim, Terceiro Setor é formado por organizações que, apesar de produzirem e disponibilizarem de bens e serviços, não são governamentais nem estatais, se encontram na esfera de serviços sem fins lucrativos e se destina ao desenvolvimento e aprimoramento do bem-estar social. Essas organizações proporcionam à sociedade a

melhoria da qualidade de vida por meio de diversas atividades e serviços de atendimento psicossocial, de assistência social, de educação, geração de renda, dentre outros.

Entre as entidades do Terceiro Setor pode-se destacar a organização Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), fundada em 20 de março de 1998 por Rubens Gomes, no bairro Zumbi dos Palmares, Zona Leste da cidade de Manaus. O primeiro projeto social da OELA foi a atividade luteria, que consiste na produção de instrumentos musicais de cordas dedilhadas e caixas de ressonância, com uso de madeiras amazônicas manejadas e certificadas pela *Forest Stewardship Council*® (FSC® - C007025). Por conseguinte, e desde então, a OELA desenvolve atividades relacionadas a música, arte, esporte, educação ambiental, qualificação profissional, atendimento psicossocial, protocolos comunitários, além de importante participação na efetivação de políticas públicas na área da infância, adolescência, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais. Há mais de 24 anos a OELA vem desenvolvendo ações sustentáveis de educação de cunho participativo, de educação popular cidadã e socioambiental e atua, especialmente, na área da assistência social, em atendimento direto e indireto aos usuários, traçando, assim, um apoio personalizado de combate às violações de direitos de crianças e adolescente ([www. https://www.oela.org.br/](https://www.oela.org.br/) acesso em 18/08 /22/).

De acordo com o Relatório Anual (2021), a OELA distribuiu 444 cestas básicas a famílias do bairro Mauazinho I, Zona Sul de Manaus, que se encontravam em situação de risco social em decorrência da pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2. A ação teve a duração de 3 meses e foi fruto de uma parceria com a empresa Petrobras S.A.

Outra ação realizada, foi a distribuição de tickets alimentação em parceria com a OSC Gerando Falcões<sup>4</sup>, ocasião em que foram realizados cadastros sociais e visitas domiciliares às famílias atendidas para a garantia de alimentação durante a pandemia.

Outra ação desenvolvida se deu em parceria com a *Brazil Foundation* que beneficiou 100 famílias de baixa renda dos alunos do Projeto Esporte Para Todos durante 3 meses consecutivos. Por fim, as diversas ações de atendimento realizadas no ano de 2021 alcançaram 40.063 pessoas impactadas pelas doações por meio dos projetos sociais

---

<sup>4</sup> Gerando Falcões é uma OSC e se define como “um ecossistema de desenvolvimento social que atua por meio da estratégia de rede em periferias e favelas de todo o Brasil”. Fonte: <https://gerandofalcoes.com> Acesso em 21.08.2022.

vigentes na OELA abrangendo 37 bairros, 4 municípios, 1 comunidade ribeirinha e 1 comunidade fora do perímetro urbano da cidade de Manaus.

Nesse sentido, a atuação da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) é voltada pra três eixos: a) educação oferecendo cursos gratuitos de qualificação profissional, atividades ocupacionais, educação ambiental e esporte educacional, dentre outros; b) geração de renda, em que os instrumentos musicais produzidos pelos alunos são comercializadas e proporcionam a geração de renda aos egressos do curso básico de lutheria; c) políticas públicas que possibilitam a garantia de direito dos usuários. Nota-se, que o papel da instituição é desenvolver ações céleres para problemas emergentes negligenciados pelo Governo.

Vale salientar que atualmente a OELA tem convênio junto ao Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS), com projetos voltados ao eixo de geração emprego e renda, cursos de qualificação profissional em Lutheria, informática e musicalização. Possui fomento, ainda, com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, voltado para projetos de prevenção ao álcool para menores de 18 anos. Destaca-se, ainda, que as ações desenvolvidas pela OELA são viabilizadas por meio de captação de recursos por editais públicos, o que consiste em grande desafio para a instituição, pois, apesar da mesma não visar lucros para o seu funcionamento, depende de doação de recursos públicos e privados para a sua sobrevivência.

Dessa maneira, a (OELA) desenvolve diversos projetos sociais com o fim de propiciar oportunidades de melhoria da condição de vida ao seu público usuário, no geral formado por pessoas de baixa renda e qualidade de vida, ou seja, um segmento da população em condições de vulnerabilidade social, econômica e/ou cultural.

Durante o período de estágio na OELA e inserida no projeto social Esporte Para Todos, observou-se que esse contemplou as modalidades esportivas Judô, *Muay Thai*, *Taekwondo* e Esportes Coletivos como queimadas, futebol e vôlei, atendeu crianças e adolescente de baixa renda na faixa etária entre 06 a 17 anos. O referido projeto foi desenvolvido como forma de proporcionar atendimento direto a crianças e adolescentes, fortalecendo as práticas esportivas inclusivas, com desenvolvimento de estratégias de acolhimento aos alunos com deficiência ou não, estabelecendo o diálogo sobre o direito à igualdade e o respeito às diferenças, a criação e o fortalecimento de vínculos comunitários e a aquisição de conhecimentos.



Projetos sociais esportivos desse porte vêm contribuindo pelo seu efeito de socialização, práticas esportivas e atividades lúdicas para crianças e adolescentes que dele participam e beneficiando seus participantes, conforme pode ser observado pelo depoimento abaixo da aluna Maria Sophia, 8 anos. “Eu gosto de vir praticar o esporte, fazer amigos. Gosto mais do Esporte Coletivo é mais divertido e porque eu gosto de ganhar nas competições. Eu indico o projeto para meus colegas, eu me sinto bem, respiro melhor e também ensino o que eu aprendo quando chego em casa para minha mãe.” (<https://www.instagram.com/oelabrazil/> Acesso em 18/08/2022)

Segundo Stephanou (2003) os projetos sociais nascem do desejo de mudar uma realidade, são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social. Quando se falar em mudar entende-se mudança no cenário econômico, político e social. Por isso, quando se fala em projeto social, logo vem em mente o acolhimento, o trabalho para ajudar ao próximo e a inclusão social, e quando se fala sobre crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, associa-se à pobreza. (BRAUNNER, 2010)

Contudo, sabe-se que nem sempre esses projetos sociais são garantidos por políticas públicas sociais de Estado ou de governo, pois muitas vezes esses não atendem as necessidades sociais às quais são destinados. Considera-se políticas públicas um conjunto de medidas tomadas pelo governo para assegurar os direitos das pessoas, na prestação de serviços e na garantia que os sujeitos gozem dos direitos garantidos por lei. No entanto, como o Estado não vem atendendo as necessidades sociais para o público infanto-juvenil são as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (OSC), como a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) que procuram ocupar esse papel ao disponibilizar atendimento às comunidades em seu entorno com o fim de que essas alcancem melhorias imediatas nas suas condições de vida e bem-estar.

É importante salientar que apesar da tentativa das OSCs em assumir esse papel, ainda que essas não atendam todos os sujeitos que delas necessitam, é de responsabilidade precípua do Estado, por meio de políticas públicas de Educação, Assistência e Proteção Social, proporcionar o atendimento universal e a efetivação dessas políticas públicas para a educação integral, a assistência e a proteção social de caráter público a quem dela precisar, conforme preceituam a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) o acesso aos direitos e o enfrentamento da carência e da

miséria que vivem as crianças e os adolescentes atendidas pelas organizações da sociedade civil, garantido, assim, condições dignas para essa população, no suprimento suas necessidades básicas. Nesse contexto, a crítica que se faz é que o Terceiro Setor deveria ter função apenas complementar, e não protagonista no enfrentamento das expressões da questão social, como vem se dando na atualidade.

Nesse sentido, apesar de controverso e da posição política aqui adotada, considera-se importante o projeto social esportivo, objeto deste estudo, pois esse estabelece que as situações de ensino e aprendizagem podem ser sistematizadas, garantindo que as crianças e adolescentes adquiram conhecimentos práticos e conceituais, fornecendo a todos os seus participantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial de forma harmoniosa e não seletiva, visando a melhoria da comunidade independente da modalidade esportiva ou atividade desenvolvida, o processo de ensino deve levar em consideração todos os aspectos e características da criança, sejam elas cognitiva, física, emocional, moral ou interpessoal.

Nesse contexto, o projeto social Esporte Para Todos tem caráter lúdico e interdisciplinar de atuação, busca criar valores sociais, morais e éticos com os usuários e desenvolver habilidades pessoais, sociais, produtivas e cognitivas.

Com esses argumentos, infere-se que um projeto social desempenha importante papel na formação da criança e do adolescente onde é preciso que se respeite a formação da criança e todas as fases de seu desenvolvimento, dando ênfase às necessidades de cada um, especificamente. Por fim, ao promover o conceito de esporte por meio de projetos sociais é oferecido a esse público, também, a oportunidade de crescimento e desenvolvimento pessoal, sejam elas nas suas habilidades motoras, na sua cognição e nas relações sociais.

## **CAPÍTULO II**

### **AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: Um recorte sobre a problemática da criança e do adolescente**

Neste capítulo será abordado a questão social como o conjunto das expressões que se particularizam pelas desigualdades sociais e se originam pelas contradições do capital e do trabalho que se estabelecem na sociedade capitalista. É nesse cenário de contradições e desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista, que a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora se manifesta em problemas sociais como a pobreza, o desemprego, a violência, dentre outros. Assim, entende-se que a questão social está profundamente associada ao processo de acumulação do capital onde o seu fundamento teórico está contido, sob a perspectiva crítica, na lei geral de acumulação capitalista. Para o enfrentamento das expressões da questão social é preciso que o Estado efetive políticas públicas sociais que possam responder às necessidades das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

#### **2.1 A QUESTÃO SOCIAL: Um recorte sobre a problemática da criança e do adolescente na contemporaneidade**

Conforme Badaró (2013), a questão social, cuja gênese consiste no conflito capital x trabalho, se expressa em múltiplas manifestações, tais como a pobreza, o desemprego, a violência, a discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, o trabalho precário, as dificuldades de acesso à saúde, educação e trabalho, falta de moradia, violação dos direitos, dentre outras. Compreende-se que, a questão social no Brasil é adensada por meio de uma série de desigualdades, exploração e expropriação da riqueza socialmente construída e desenvolvida através do modo de produção capitalista e de sua formação sócio-histórica.

Segundo Iamamoto (2012), importante referência para o Serviço Social, a questão social tem sua gênese e desenvolvimento, amparados no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da riqueza produzida pela atividade humana, tipificando, desse modo, a lei geral da acumulação capitalista. Entretanto, a autora aponta que a questão ganha visibilidade não somente pelas desigualdades sociais geradas pela lei, mas também pela resistência da classe trabalhadora que requer o seu reconhecimento político e social.

De acordo com Netto (2001), outro expoente importante do Serviço Social, a “questão social” surge com o processo de industrialização que se implantara na Europa ocidental do século XVIII, em especial na Inglaterra, e se expressa pelo fenômeno do acentuado pauperismo caracterizado pelas péssimas condições econômicas, sociais e sanitárias da vida urbana e do exaustivo tempo de trabalho a que eram submetidos os operários. Nessa direção Martinelli (2000), outra autora de expressão importante para a categoria, menciona que:

Ao final do século XVIII, e predominantemente na primeira metade do século XIX, com a revolução industrial na Europa, em especial na Inglaterra, já tem fase de plena execução e maturidade, o mercado de trabalho encontrava-se também um momento de expansão demandando um grande número de braços operários. A base da pirâmide demográfica da classe operaria havia se ampliado consideravelmente ao longo do século XVIII. Introduzida crescentemente na produção industrial, a máquina alterava a forma irreversível o processo social de trabalho, exigindo do trabalhador longas horas e penosas jornadas. (MARTINELLI, 2000, p.40 e 43)

Esse quadro era retratado pelos intelectuais da época como um fenômeno social nunca antes visto. Logo, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (NETTO, 2001, p. 42). Melhor dizendo, o problema já não era mais a escassez de meios e quantidade suficiente de serviços de subsistência, mas sua acumulação assegurada pela apropriação privada dos bens socialmente produzidos.

Nesse sentido, para melhor apreensão sobre a questão social é fundamental conhecer o mecanismo gerado pelo modo de produção do capital como a “lei geral da acumulação capitalista”, identificada por Marx, e analisada por Netto (2001, p. 45) na seguinte passagem:

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, a questão social constitui o *ethos* do sistema capitalista e ganha vários contornos e expressões com o seu desenvolvimento e é adensado pelo modelo de produção flexível e de Estado neoliberal. Observa-se, que a condição de exploração do trabalho e a espoliação da riqueza socialmente produzida agudizam os conflitos sociais

impelindo a classe explorada à luta e reivindicação por direitos, exigindo do Estado e do setor privado o seu reconhecimento e formulação de políticas públicas sociais. Assim, o processo de industrialização impacta grandemente a população trabalhadora e origina a pauperização dessa classe. Diante do quadro acima referido, foi em virtude do pauperismo e das péssimas condições de vida e de trabalho que os operários começaram a se revoltar criando assim, formas de resistência.

Nessa direção, Netto (2001), afirma que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, logo, compreende-se, que esse fenômeno social está intimamente relacionado a esse sistema de produção. Nesse contexto, a exploração da força de trabalho e o seu baixo valor, reduz os custos da produção e gera horas não pagas de trabalho, fenômenos conhecidos por mais valia relativa e absoluta, o que acaba gerando a riqueza socialmente produzida de um lado, e a pobreza de trabalhadores e de suas famílias, por outro, propiciando, assim a exclusão social de bens e serviços de massas de trabalhadores aptos e inaptos à vida produtiva. Como assevera Iamamoto (1999, p. 27):

A questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Nessa “conta que não fecha”, o sistema do capital produz riqueza e acumula mais capital na mesma velocidade em que se produz pobreza e exclusão social, pois os sujeitos que da produção participam, não se beneficiam igualmente da sua distribuição. No entanto, assevera Netto (2001), a pobreza não é um fenômeno novo na sociedade, mas a proliferação do pauperismo<sup>5</sup> está relacionada ao acirramento da industrialização e a formação de duas novas classes - a burguesia e o proletariado - e que o crescimento da produção industrial e da riqueza privada aumenta exponencialmente o número de pessoas vivendo à “margem” da sociedade.

---

<sup>5</sup> No primeiro terço do século XIX o pauperismo aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Logo, a designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” no âmbito do capitalismo. (NETTO, 2001, p. 43)

No Brasil, a questão social expressa e se intensifica com o processo de industrialização nacional e tem seu reconhecimento na década de 1930, quando o Estado não consegue mais conter o fenômeno e tratá-lo como “caso de polícia” e se vê obrigado ao seu reconhecimento político requisitando profissionais para intervir no seu enfrentamento.

Dessa forma, para intervir na questão social, o Estado e a burguesia, com o apoio da Igreja, passaram a demandar profissionais capacitados. É nesse contexto que surge o Serviço Social enquanto profissão chamada para intervir e controlar diretamente a classe trabalhadora buscando preservar e garantir a ordem social instituída. O surgimento do Serviço Social como profissão, portanto, está relacionado com a questão social resultante da contradição entre capital e trabalho. Dessa maneira, no âmbito do Serviço Social, a concepção de questão social mais difundida tem amparo na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Carvalho e Yamamoto, (2008, p.77) em que afirmam:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Portanto, ontologicamente, a questão social se origina na sociedade de classes pela chamada acumulação primitiva e se constitui em categoria que tem sua especificidade no âmbito do modo capitalista de produção assim, para o capitalismo, tudo precisa estar voltado para produzir e acumular capital, para gerar lucros ao final do processo, que só podem ser derivados da exploração do trabalho obtido.

## **2.2. A PROBLEMÁTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Uma perversa expressão da questão social no Brasil**

A problemática da criança e do adolescente no Brasil é considerada como uma das múltiplas expressões da questão social resultante, dentre outras, da formação econômica, política e social do país, apresentada especialmente pela composição de uma sociedade marcada pelas desigualdades e injustiças sociais.

No primeiro capítulo deste TCC foi abordado a trajetória social da criança e do adolescente e se pode inferir, com base na literatura especializada, que essas desigualdades e injustiças sociais acompanham as crianças e os adolescentes desde o

Brasil Colônia, Império e República, sendo essa problemática uma perversa expressão da questão social produzida, também, pelo sistema capitalista presente na sociedade contemporânea, apesar do reconhecimento conquistado pelo ECA como sujeitos de direitos e prioridade absoluta.

Como já visto anteriormente, a questão social tem na relação capital *versus* trabalho a sua gênese, no qual reflete as desigualdades sociais em múltiplas expressões que sucedem não somente das desigualdades dessa relação, que formam a pobreza, desemprego, desigualdade social, fome, mas de outras desigualdades que intensificam na ordem do capital como as desigualdades de gênero, raça, étnica, dentre outras. Yamamoto (2007) expõe as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais.

Essas expressões também se manifestam na problemática da criança e do adolescente na atualidade que, mesmo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que assegura, juridicamente, os direitos e as garantias para os mesmos, bem como propicia vários programas, serviços, legislação complementar, representações, dentre outros para que esses sejam efetivados no sentido de desenvolver medidas protetivas e educativas. No entanto, mesmo com o avanço dessas legislações e programas que dão atenção especial ao direito da criança e do adolescente todos eles fundamentados na doutrina da proteção integral, ainda assim as crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias pobres, vivenciam as mais perversas expressões da questão social, como também sofrem as diversas violações de direitos e principalmente de acesso às políticas públicas.

Segundo o autor Cerqueira Filho (1982) o conjunto de desigualdades, denominadas questão social se expressa, no país, principalmente a partir dos anos de 1930, quando o Brasil ingressa no modo de produção capitalista e se transporta do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial. Antunes (2000) acentua que o capitalismo das últimas décadas, dotado de uma lógica destrutiva ampliada impôs, à classe que vive do trabalho, a mais perversa precarização provocada, dentre outras, pela reestruturação produtiva, pelo sistema financeiro de acumulação e pelo modelo de Estado neoliberal. Em suas palavras:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos

nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2000, p. 35)

Nessas circunstâncias, entende-se que a crise do capital a partir dos anos de 1970, acentuou a precarização das relações de trabalho manifestadas, dentre outras, pelos contratos temporários de trabalho, pela subcontratação, pela terceirização e quarteirização das relações trabalhistas, pelo desemprego estrutural coadunado com as políticas sociais de modelo neoliberal para o enfrentamento da questão social manifestadas pelo enxugamento do Estado com as despesas públicas e investimento nas políticas sociais (teto dos gastos) e o subsequente repasse para a sociedade civil da responsabilidade social por meio da filantropia e do empreendedorismo, relegando a esses o direito a políticas sociais, em especial na área da criança e do adolescente.

Nesse contexto, observa-se que as expressões da questão social adensam a problemática da criança e do adolescente pois essas atingem suas famílias por meio do desemprego e da precarização do trabalho e no aumento da pobreza e da falta de acesso às condições mínimas de subsistência, aprofundado pela ausência do Estado e da adequada intervenção estatal para o enfrentamento da questão social. São as crianças e os adolescentes que se encontra, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em condições de “vulnerabilidade” e “risco social”.

Embora os avanços jurídicos e estatutários tenham sido alcançados, todavia a desigualdade, a pobreza, exclusão social, a fome e a evasão escolar, ainda fazem parte do cotidiano de milhares crianças brasileiras e, durante pandemia, esse cenário se mostrou ainda mais forte. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam a proporção de pobres no Brasil e a posição do *ranking* entre as 27 Unidades da Federação. Nos anos entre 2012 e 2021, Santa Catarina (SC) foi o estado que apresentou menor taxa de pobreza, com 10,16% da população abaixo da renda per capita de R\$ 497,00 mensais, seguido do Rio Grande do Sul (RS) com 13,53% e do Distrito Federal (DF) com 15,70%.

Por outro lado, a concentração de pobreza está localizada nas regiões Norte e Nordeste, pois nesse *ranking* social, o estado com maior índice é o Maranhão (MA), com taxa de pobreza de 57,90% em 2021, seguido pelo Amazonas, com 51,42%.



Durante o primeiro de pandemia a evasão escolar no Brasil, entre crianças na faixa etária de 5 a 9 anos, aumentou 197,8%, subindo de 1,41% para 5,5% somente no último trimestre de 2019 e 2020.

A pandemia foi indiscutivelmente um fenômeno global cujos impactos sobre a fome se estenderam além das fronteiras nacionais. Em 2022, conforme a nova edição da pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN) como parte do projeto Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN), mostra que a insegurança alimentar se tornou ainda mais presente entre as famílias brasileiras. O número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). São 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em pouco mais de um ano, aumento identificado principalmente em famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022.

Segundo Barros, Henrique, Mendonça (2000) a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, mas no âmbito social refere-se à situação de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida, conforme já abordado, em função das desigualdades provenientes do modo de produção em que a sociedade é constituída.

Na realidade brasileira, essa pobreza e os extremos sociais têm crescido nos últimos anos, no entanto os órgãos oficiais a consideram apenas como uma carência de renda, de “vulnerabilidade” e “risco social”, sem considerar o debate sobre a geração estrutural da pobreza e da desigualdade social. No entanto, o olhar da problemática sob a perspectiva crítica considera que a pobreza não se caracteriza apenas pela inacessibilidade dos bens, mas como uma categoria política, constituída em falta de direitos, oportunidades e informação. Nesse sentido, necessita-se aqui não apenas retratar a pobreza como baixa renda, mas como escassez de oportunidades, onde o seu desenvolvimento não seja apenas no crescimento econômico, mas na criação de mais oportunidades, mais investimentos em políticas públicas sociais visto que essas são necessárias e fundamentais para minorar a grave desigualdade no país.

Nesse contexto infere-se, à luz dos autores trazidos aqui para o debate, que a questão social é constitutiva da desigualdade e das contradições do modo de produção capitalista, expressa por problemas oriundos das relações de produção decorrente do

desenvolvimento político, econômico e social, onde se originou e reproduziu de forma ampliada os conflitos da relação capital x trabalho.

Embora essas expressões da questão social se manifestem no cotidiano dos indivíduos, em essência elas são determinadas por uma variedade de fatores, que vão de estruturais a subjetivos, culturais e sociais, como pobreza, falta ou insuficiência de renda e acesso a bens socialmente produzidos.

Portanto, diante dessas expressões dos problemas sociais contemporâneos, as famílias em situação de pobreza necessitam exercer o seu direito a políticas públicas sociais garantidoras de condições dignas para o acesso às condições sociais básicas de sobrevivência e ter garantida, às suas crianças e os adolescentes, a prioridade absoluta nas políticas públicas universais pelo Estado democrático de direito, responsável a dar respostas às necessidades daqueles que produzem a riqueza, frente as desigualdades sociais.

## CAPÍTULO III

### **O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Um caminho viável para o enfrentamento da Questão Social?**

Neste capítulo são trazidos os dados empíricos da pesquisa com o intuito de analisar o contexto social da inserção e permanência de crianças e adolescentes no projeto Esporte Para Todos coordenado pela instituição Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), uma Organização da Sociedade Civil de direito privado sem fins lucrativos situada na Zona Leste da cidade de Manaus (AM).

Para o alcance desse objetivo buscar-se-á, por meio dos dados extraídos dos documentos institucionais e à luz das reflexões realizadas nos capítulos anteriores, identificar as condições socioeconômicas das crianças e dos adolescentes atendidos pelo projeto social Esporte para Todos bem como os desafios para a inserção social e permanência desses nas atividades desenvolvidas pelo referido projeto durante a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

A análise dos dados foi realizada sob a perspectiva qualitativa e quantitativa, conforme proposta metodológica indicada na introdução deste estudo. Para a exposição dos dados quantitativos, privilegiou-se a apresentação em forma de gráficos e quadros estatísticos com o fim de possibilitar melhor visualização, compreensão, clareza e objetividade, procurando, assim, responder à questão norteadora que suscitou o estudo, qual seja: Como se dá a inserção de crianças e adolescentes e quais são os desafios para a permanência no projeto Esporte Para Todos coordenado pela Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)?

#### **3.1. O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Quem são as crianças e os adolescentes que dele participam?**

Esporte Para Todos é um projeto social desenvolvido em parceria da OELA com o Programa Criança Esperança, desenvolvido pela Rede Globo de televisão em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com recursos arrecadados pela campanha.

O Programa Criança Esperança atendeu mais de 4 milhões de criança e adolescentes brasileiros incluindo os 246 alunos que participaram do projeto Esporte para Todos coordenado pela OELA. Importa ressaltar que a seleção das organizações da

sociedade civil (OSCs) pela UNESCO é feita levando em consideração os seguintes aspectos gerais: inovação, replicabilidade, sustentabilidade, legitimidade, impacto, eficácia, e proposta metodológica. O quadro abaixo apresenta os critérios para aprovação de um projeto.

**QUADRO 1:** Critérios considerados para a aprovação do projeto

Na análise dos projetos, serão considerados desejáveis os seguintes critérios:

a) atuação preferencialmente em comunidades com altos índices de violência e criminalidade, situadas em regiões do país com baixos indicadores educacionais, sociais e de desenvolvimento humano;

b) participação da família e fortalecimento dos vínculos familiares;

c) estímulo à igualdade de gênero, com ênfase no empoderamento de meninas e mulheres;

d) atuação com participação comunitária e estímulo ao desenvolvimento local;

e) existência de instrumentos de gestão de OSCs (tais como: plano de comunicação, plano de sustentabilidade e mobilização de recursos, mecanismos de monitoramento e avaliação etc.);

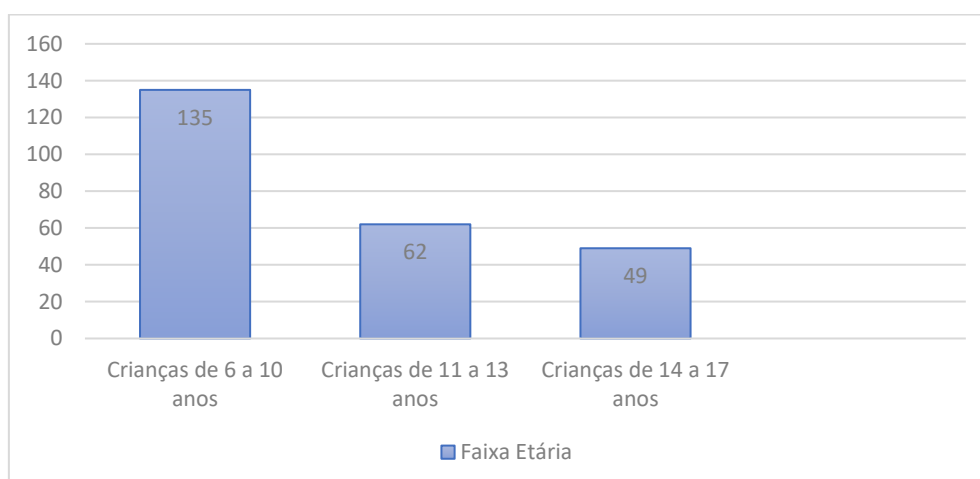
f) capacidade de articulação e existência de parcerias/capacidade de contrapartida; e

g) articulação com a escola e com a rede de proteção social e de garantia/defesa de direitos

Fonte: <https://projetos.criancaesperanca.unesco.org/>. Acesso em: 18/08/2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

O projeto Esporte para Todos, criado em 2020, mas com início em 2021 por conta da pandemia, atendeu, durante o período compreendido entre 05/05/2021 a 15/02/2022, 246 crianças e adolescentes, entre 06 a 17 anos, sendo dessas 140 do sexo masculino e 106 do sexo feminino. O gráfico a seguir apresenta a faixa etária das crianças e dos adolescentes atendidas pelo projeto durante o período mencionado.

**GRÁFICO 1:** Faixa etária das Crianças e dos Adolescentes



Fonte: Relatório Mensal do Projeto Esporte Para Todos, 2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

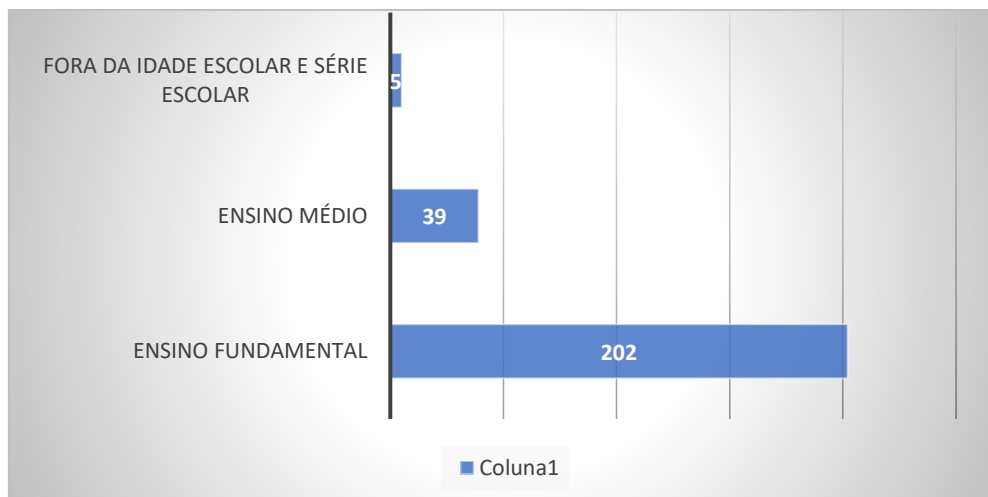
Os dados mostram crianças e adolescentes com uma diversidade de idades, sendo as crianças com a faixa etária de 06 a 10 anos de idade, 135, com maior índice. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) essa é a classificação cronológica da primeira infância, outro fator peculiar é o desenvolvimento cognitivo que possui seus estágios definidos de crianças de 11 a 13 anos de idade, considerada segunda infância, e os de 14 a 17 anos sendo considerados os adolescentes.

A Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), tem prioridade de atendimento, para inserção em seus projetos sociais esportivos, as crianças da primeira idade, isto é, de 6 a 10 anos, isto porque essas recebem o apoio necessário da equipe da instituição para se desenvolver física e socialmente, e tem apresentado um melhor desempenho.

O esporte educacional já faz parte da OELA da trajetória em diversas modalidades esportivas, com destaque para o Esporte Coletivo, *Taekwondo*, *Muay Thai* e Judô como áreas estratégicas para o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas e táticas, melhorando as condições físicas, criando oportunidades de sociabilização, interação e empatia inclusivas nos jogos, capacidade de solucionar situações problemas, entre diversas intervenções de raciocínio e aprendizagens propiciadas pelo esporte coletivo.

Os dados obtidos e demonstrados no gráfico 2, a seguir, apontam a escolaridade das crianças e dos adolescentes inseridas no projeto Esporte Para Todos

## GRÁFICO 2: Escolaridade dos Participantes

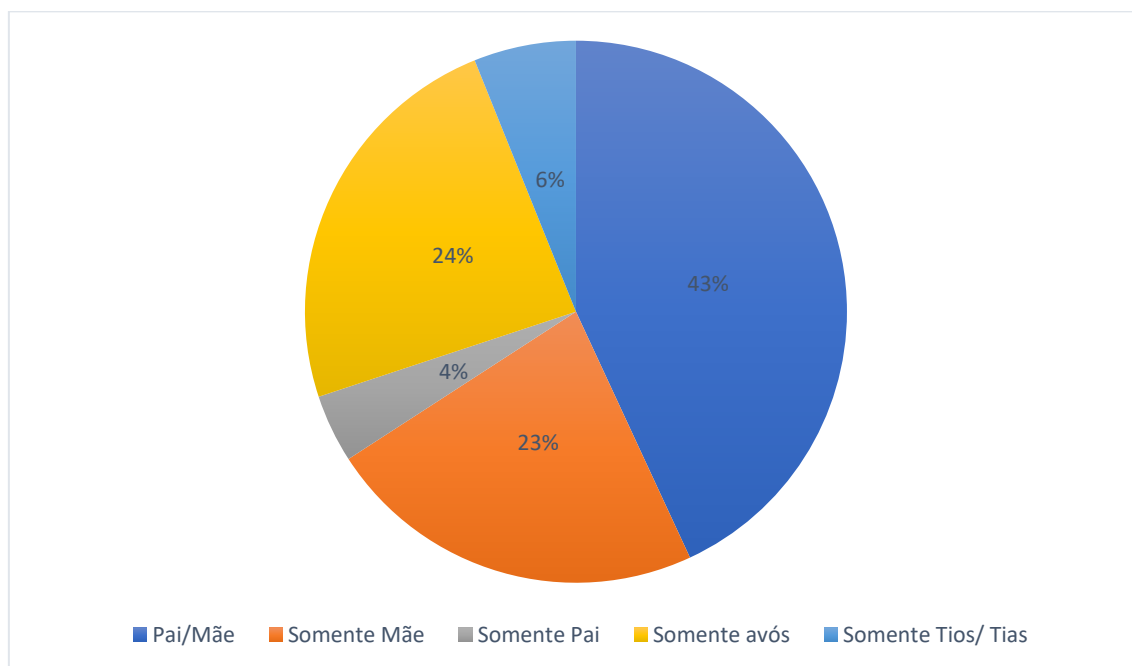


Fonte: Relatório Mensal do Projeto Esporte Para Todos, 2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no Art. 54, prevê que o Ensino Fundamental é dever do Estado e que deve propiciar a proteção integral. Entretanto, é sabido que nesse contexto de pandemia (em que consiste o lapso temporal desta pesquisa) o retorno das aulas presenciais da Educação Básica foi bem desafiador afinal, a pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2 impôs a eles quase dois anos de afastamento total ou parcial do ambiente escolar onde, nesse período, tanto os professores como os alunos tiveram que se adaptar às práticas remotas por meio de celulares, computadores, etc.

Dessa forma, a modalidade do Ensino à Distância (EaD) ou Ensino Emergencial Remoto (ERE), demonstra que a grande dificuldade enfrentada pela maioria das crianças inseridas no projeto foi não ter tido acesso à *internet* como também à falta de aparelhos adequados para que os mesmos conseguissem acompanhar as aulas, o que acentuou a desigualdade de classes para aqueles que não possuíam os recursos e os meios necessários para acompanhar as aulas, podendo ser constatada a expressão da questão social na esfera digital para essa população.

### GRÁFICO 3: COMPOSIÇÃO FAMILIAR



Fonte: Relatório Mensal do Projeto Esporte para Todos, 2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

No que tange à composição familiar das crianças e dos adolescentes que fazem parte do projeto, o maior índice se refere à estrutura composta por pai/mãe e filhos com um percentual de 43%. Segundo Artigo 226 da Constituição Federal de 1988 famílias são definidas como a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

A família é a instituição responsável por promover a educação e o cuidado dos filhos, bem como é a primeira forma de socialização da criança e que passa a intervir no comportamento dos mesmos no meio social. Dessa forma, o papel da família se torna fundamental para que sejam propagados os valores morais e sociais onde esse ambiente familiar seja um lugar de afeto, cuidado, segurança, conforto e bem-estar.

Segundo ainda os dados coletados pela pesquisa, 24% dos participantes convivem somente com os avós, o que acontece em decorrência do falecimento dos pais ou quando esses se encontram despreparados cronológica, social e afetivamente para o papel de pai ou mãe por serem ainda adolescentes e sem recursos financeiros ou, ainda, dependentes químicos que precisam do suporte dos pais para assumirem os cuidados dos netos para que possam trabalhar. Logo, essas condições levam que os avós participem diretamente da educação dessa criança.

Os dados também revelam que 23% das crianças e dos adolescentes convive somente com a mãe, em lares chefiados por mães solo quer sejam solteiras, divorciadas e/ou viúvas. Muitas crianças e adolescentes sofrem o abandono por parte do pai, o que leva muitas mães desempenharem o duplo papel de “mãe” e “pai” sozinhas, o que compõe a família monoparental feminina sobrecarregando o duplo papel de cuidar, educar e participar diretamente da educação dos filhos.

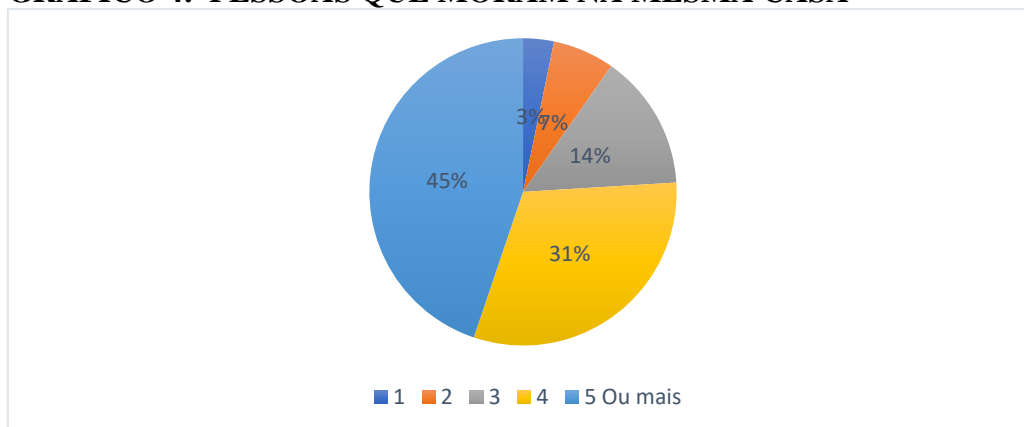
Segundo o Portal da Transparência Registro Civil, no Brasil, durante o período de 01/01/2016 a 20/08/2022 o total de nascimentos foi de 17.718.192 e a quantidade de pais ausentes 965.860 e, na cidade de Manaus, nesse mesmo período de tempo, teve-se um total de 222.565 nascimentos e, dentre esses, 18.151 pais ausentes. Dessa forma, compreende-se com esses dados que as mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados com filhos e filhas das casas brasileiras e a maioria dessas mulheres estão abaixo da linha da pobreza, aumentando essa expressão da questão social.

### **3.2. O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Quais as condições sociais das crianças e os adolescentes que dele participam?**

Os dados a seguir, conforme delineamento da pesquisa apresentado na Introdução deste trabalho, foram retirados do Diagnóstico Social realizado no ano de 2021 pelos profissionais do Serviço Social da instituição. O levantamento contou com a participação de 154 sujeitos sociais, e teve por objetivo conhecer mais de perto a realidade das pessoas que moram na mesma residência, composição familiar, renda bem como a sua capacidade de autonomia.

Segundo o referido diagnóstico, quanto ao número de pessoas que residem na própria residência, o resultado mostrou que 45% convivem no mesmo espaço com cinco ou mais pessoas, ficando atrás de 31% que moram nos mesmos espaços com 4 pessoas, conforme o gráfico abaixo.

**GRÁFICO 4: PESSOAS QUE MORAM NA MESMA CASA**



Fonte: Diagnóstico Social, 2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

No tocante as condições de moradia em que vivem as crianças e os adolescentes atendidos pelo projeto Esporte Para Todos, o gráfico 5, a seguir, apresenta as condições no que tange ao tipo de residência. Das 154 pessoas que responderam o referido diagnóstico, 103 habitam em casa própria, 48 residem em casa alugada e 32 moram em local cedido por familiares.

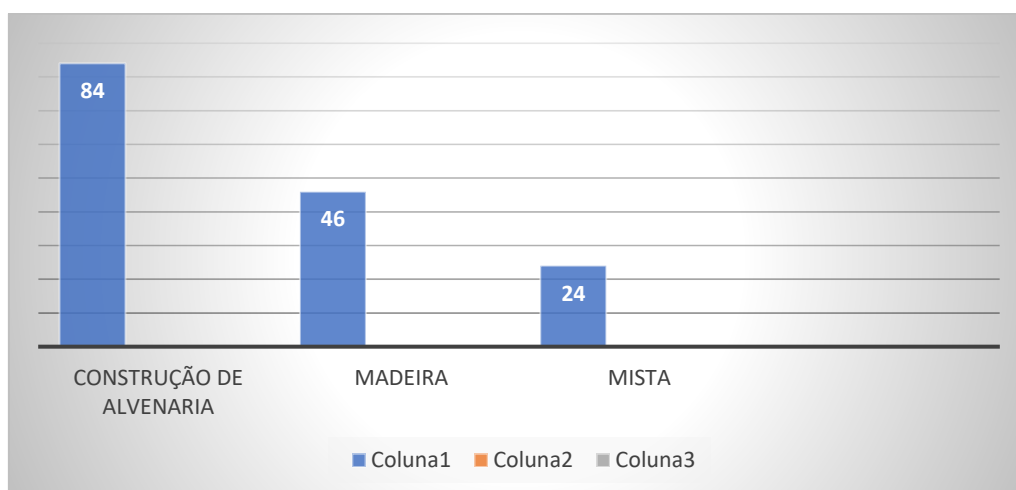
É sabido que em relação a provisão de habitação na realidade concreta da população brasileira, a situação de coabitação, a urbanização acelerada e o conceito de casa como mercadoria, advém de um quadro habitacional deficitário antigo sob a forma de carência ou insuficiência. Dessa maneira, políticas públicas que garantam o acesso à moradia para parcela da população considerada de baixa renda se tornam indispensáveis para atender as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis. Tem-se assim que, de acordo com os números levantados pelo diagnóstico social, grande parte das crianças e



dos adolescentes que participam do projeto não residem em casa própria, o que particulariza, por meio dos dados empíricos, a situação estrutural no que tange a questão de moradia no Brasil como mais uma das expressões da questão social. Para diminuir esse *déficit*, necessário se faz a implementação de políticas públicas habitacionais eficazes e contínuas direcionadas a esse público que permitam a inclusão destes indivíduos no espaço urbano e a sua inserção em moradia e saneamento básico dignos.

Quanto ao tipo de moradia, o levantamento mostrou as variadas modalidades, sendo dessas 84 em construções de alvenaria, 46 em madeira e 24 em modalidade mista (madeira e alvenaria) apresentadas conforme o gráfico abaixo.

### GRÁFICO 5: O TIPO DE MORADIA

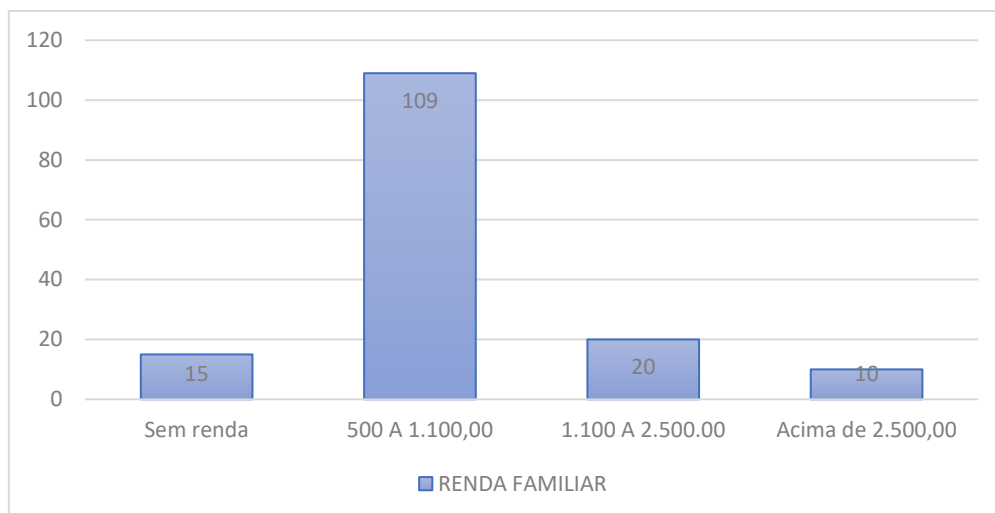


Fonte: Diagnóstico Social  
Elaboração da autora – TCC L.F

Quanto aos dados pertinentes à renda familiar, o Gráfico 6 apresenta que das 154 famílias que participam do projeto, 15 sobrevivem sem renda fixa, compondo o quadro das famílias em que nenhum de seus membros possui emprego formal ou informal, não recebendo renda oriunda do trabalho; 109 são as famílias que sobrevivem com valor aquisitivo entre 500 a 1.100<sup>6</sup> reais mensais e 30 possuem renda mensal superior a um salário mínimo, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo:

<sup>6</sup> R\$ 1.100,00 refere-se ao valor do salário mínimo vigente no período do levantamento.

## GRÁFICO 6: RENDA FAMILIAR

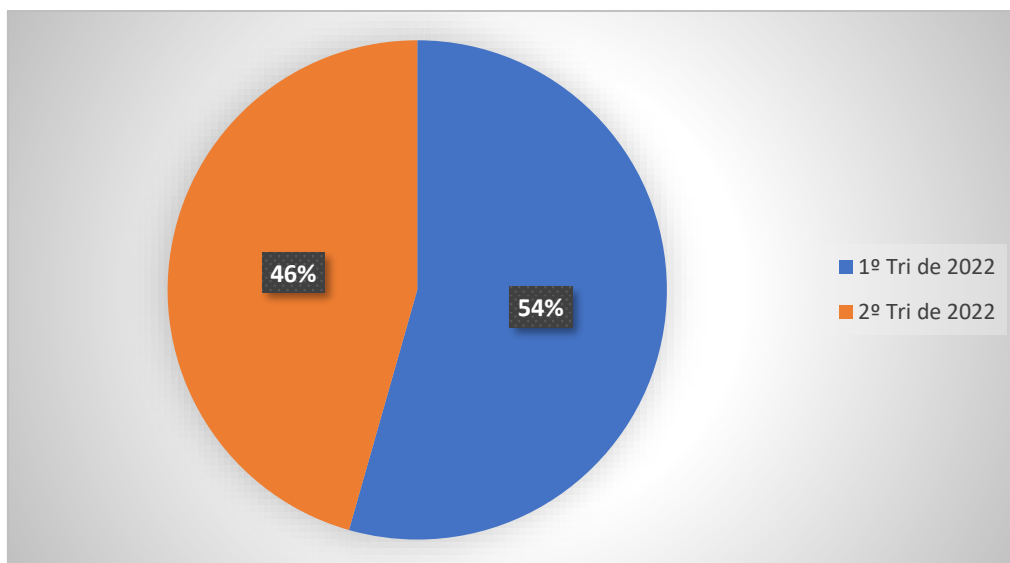


Fonte: Diagnóstico Social, 2022  
Elaboração da autora – TCC L.F

Os rendimentos aqui considerados agregam aqueles provenientes de salários, proventos, pensões por morte, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, seguro-desemprego, dentre outros. Cabe destacar, que a pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2 produziu impactos profundos na saúde pública, especialmente na cidade de Manaus, e no mercado de trabalho brasileiro onde houve a paralisação das atividades produtivas, os trabalhadores informais perderam o sustento, e muitas empresas demitiram os empregados do mercado formal, com registro em carteira de trabalho.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não conseguem uma vaga no mercado formal ou informal de trabalho. Esse cálculo é feito por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. (PNAD-Contínua) do IBGE. Logo, no primeiro trimestre de 2022 o desemprego alcançou a marca de 11,1%, e nos dois trimestres seguintes é de 9,3%, apresentando uma pequena queda na taxa, mas ainda com elevado índice, o que se reflete nos dados empíricos apurados por esta pesquisa.

## GRÁFICO 7: TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL



Fonte: IBGE acesso em: <https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>  
Elaboração da autora – TCC L.F

Mediante essa realidade, cresce o número de beneficiários dos programas sociais. Conforme os dados divulgados pelo Portal da Transparência da União, os benefícios sociais são geridos com recursos financeiros arrecadados pela União (impostos, taxas, emolumentos, dentre outros) transferidos diretamente para o cidadão que participa de programas sociais específicos, desde que esse cumpra os critérios por esses estabelecidos. Assim, as pessoas inscritas nesses programas recebem, em forma de benefício, valores monetários periódicos mensais enquanto perdurarem os critérios do programa. Dentre os principais programas de benefícios ao cidadão oferecidos pelo Governo Federal, estão inclusos: Auxílio Emergencial, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) entre outros. O quadro abaixo apresenta a finalidade e os critérios de cada um desses benefícios sociais:

### QUADRO 2: Benefícios Sociais geridos pelo Governo Federal

**Auxílio Emergencial:** com o objetivo de assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).

**Crítérios:** em direito ao recebimento do Auxílio Emergencial 2021 os trabalhadores que estavam recebendo, em dezembro/2020, o auxílio

**Bolsa família:** atende a famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. as famílias atendidas pelo programa recebem um benefício mensal em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal.

**Crítérios:** Para estar no Bolsa Família, é preciso ter renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais. Se a família tiver na sua composição crianças ou adolescentes de

<p>emergencial de que trata o art. 2º da Lei nº 13.982, de 2020, e a extensão do auxílio emergencial de que trata a MP nº 1.000, de 2020 e ser maior de 18 anos de idade, exceto no caso de mães adolescentes (mulheres com idade de 12 a 17 anos que tenham, no mínimo, um filho).</p>	<p>até 17 anos, o patamar passa para R\$ 170 mensais. A seleção é feita por meio de um sistema informatizado, ou seja, embora seja pré-requisito para ingressar no programa, estar no Cadastro Único não garante a entrada imediata no Bolsa Família.</p>
<p><b>Benefício de Prestação Continuada (BPC):</b> É a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Em ambos os casos, é necessário que sejam comprovados os critérios de baixa renda por grupo familiar, independente de contribuição à Previdência Social.</p> <p><b>Crítérios:</b> Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único. Isso deve ser feito antes mesmo de o benefício ser solicitado. Sem isso, ele não pode ter acesso ao BPC.</p>	<p><b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI):</b> Conjunto de ações que tem o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda a famílias, oferece a inclusão de crianças e jovens em serviços de orientação e de acompanhamento. A frequência à escola também é exigida.</p> <p><b>Crítérios:</b> O PETI é destinado às famílias com renda per capita mensal superior a R\$ 170,00 e que possuam filhos com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho infantil. Para receber o benefício, as famílias devem estar inscritas no Cadastro Únicos para Programas Sociais do Governo Federal.</p>

Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em 18/08/2022  
Elaboração da autora – TCC

Cabe aqui ressaltar que a destinação das verbas do Fundo Público Federal para as políticas públicas sociais é travada pela correlação de forças no cenário político e que na “quebra de braços” do contexto atual, a ofensiva do Estado neoliberal tem-se mostrado hegemônico para os interesses privados, perenizando as políticas sociais focalizadas e setorializadas, relegando à sociedade civil a responsabilidade com o atendimento social às populações de baixa renda, conforme já analisado neste trabalho.

Nesse contexto, o referido diagnóstico social mostrou que 86 famílias recebem benefícios sociais, coadunando com o quadro de desemprego, trabalho precarizado e baixa renda, apresentado pelo cenário nacional, conforme os dados aqui apresentados. O

benefício social identificado com maior prevalência pela pesquisa é o Programa Bolsa Família (PBF), que atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza e para essa família ser incluída ou permanecer recebendo benefício do (PBF), é necessário que esteja inscrita no Cadastro Único e que realize atualização cadastral no prazo máximo de dois anos da data da inclusão, da última atualização ou, ainda, sempre que houver mudança de endereço, escola, renda, composição familiar, entre outros. Outros como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Auxílio Estadual, pensão por morte, Auxílio Gás, Auxílio Emergencial são também prevalentes entre os benefícios sociais recebidos pelas famílias dos alunos que participam do projeto, o que expressa a questão social presente na população atendida pela OELA atravessada pelo desemprego, baixa renda e falta de acesso aos bens essenciais para a sobrevivência.

### **3.3. O PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS: Quais os desafios para a inserção e permanência das crianças e dos adolescentes?**

O projeto Esporte Para Todos coordenado pela OELA se viabiliza, primeiramente, pela busca ativa do público-alvo por meio de chamadas junto à comunidade em que o órgão se encontra inserido, com divulgações presenciais na própria sede pela equipe profissional do projeto, nas escolas localizadas no entorno da entidade e pelas redes sociais (facebook e instagran) da instituição.

Após essa divulgação preliminar, a inserção dessas crianças e/ou adolescentes no projeto ocorre quando é feita sua inscrição por meio de uma Ficha Social ou inscrição *online* via *internet*. Desde o início do projeto, em 1 de abril de 2021, 246 crianças foram inscritas e dessas, 134 crianças foram realizadas em forma presencial, por meio da Ficha Social, e 106 por meio da *internet*. A maioria das crianças que participou do projeto durante o período compreendido para esta pesquisa é de baixa renda, razão pela qual o índice de maior inserção deu-se por meio da Ficha Social (presencialmente) justamente por essas famílias não terem acesso à *internet*.

A dinâmica de inserção das crianças e dos adolescentes ao projeto se efetiva por meio do acolhimento, pelos professores, com uma programação de integração e participação junto aos profissionais da instituição incluindo o Serviço Social, que se faz presente para o atendimento das demandas desse público, uma vez que o profissional Assistente Social atua nas manifestações da questão social e, por meio do arsenal teórico-

metodológico e técnico-instrumental consegue identificar as necessidades reais e potenciais dos sujeitos e buscar respostas para mitigar as problemáticas dos mesmos.

Durante o desenvolvimento do Estágio Curricular na instituição OELA e da participação no Projeto Esporte Para Todos, pôde-se perceber que esse projeto social oferece diversas oportunidades de desenvolvimento e integração social para as crianças e adolescentes, buscando através do esporte fortalecer o desenvolvimento pessoal, educacional e social desse público.

Diante desse cenário de pandemia, o projeto teve que aprender a usar as ferramentas virtuais para se reestruturar, tais como *google classroom* em alguns momentos de pico da Covid-19, pois foi preciso as aulas serem remotas, logo tudo isso, requer um maior esforço tanto da equipe de coordenação quanto o público-alvo do projeto em especial pelas condições concretas de vida dos sujeitos participantes justamente pela maioria não ter acesso à *internet*.

De acordo, com os dados apresentados pela pesquisa documental, pode-se identificar que houve conquistas e desafios no que tange a inserção e à permanência dos sujeitos no Projeto Esporte Para Todos. Dentre os desafios, podem ser destacados: A falta de apoio familiar - muitas vezes a criança tinha o interesse em participar do projeto, mas os responsáveis não compareciam para fazer sua inscrição, nesses casos era necessário fazer uma visita domiciliar e a devida inscrição dessa criança. Observou-se a falta de apoio daquelas que já se encontravam inseridas, mas também não recebia suporte da família para uma participação assídua nas atividades do projeto. Nesse sentido, considera-se que, o apoio familiar é de suma importância para a participação das crianças uma vez que elas dependem dos adultos para essa iniciativa e assim, alcancarem melhorias no aprendizado escolar, nas condições de vida, e de alguma forma ter o acompanhamento familiar nas atividades do projeto social.

Outros desafios referem-se a mudança de endereço da criança ou adolescente para outro bairro; o retorno das aulas presenciais na rede pública, que muitas vezes conflitava com os horários das atividades desenvolvidos pelo projeto; a falta de acesso à *internet* (como já referido) para comunicação da equipe com os responsáveis pelos alunos, como também dificuldades na adaptação das crianças para migrar para a modalidade virtual.

Quanto às conquistas, o projeto oportunizou às crianças, adolescentes e seus familiares moradoras das comunidades Zumbi e Mauazinho, a desenvolverem atividades como o incentivo ao esporte e à cultura, apoio educacional, como também

com o atendimento e acompanhamento do Serviço Social que, juntamente com as crianças e seus familiares desenvolvem uma série de estratégias e técnicas para construir respostas às demandas sociais identificadas pelos usuários.

Os dados descortinados pela pesquisa permitem inferir que o Projeto Esporte Para Todos, que atendeu 246 crianças e adolescentes na faixa de 06 a 17 anos, no período de 05/05/2021 a 15/02/2022, apresentou um impacto positivo nas vidas dessas crianças e contribuiu com o seu desenvolvimento de habilidades e competências.

De acordo com os dados coletados pela pesquisa documental, a maioria das crianças e dos adolescentes que participaram do projeto é de baixa renda, vive em extrema pobreza e se vê excluída das oportunidades e benefícios sociais. Exclusão essa causada pela condição concreta de suas existências, condicionada pela contradição aguda entre o capital que se apropria da riqueza produzida socialmente e pelo trabalho expropriado, que a produz, subtraindo-lhes oportunidades de socialização proporcionadas pelo esporte, pela convivência entre seus pares e pelos benefícios de socialização e integração que ele propicia.

Essa contradição, conforme amplamente refletido nos primeiros capítulos deste trabalho, gera as expressões da questão social que se evidenciam pela pobreza, pelo desemprego, pela moradia precária, contribuindo também para a destruturação familiar e afetiva, a gravidez precoce, dentre outras, conforme demonstraram os dados desvelados pela pesquisa. Nesse mesmo ritmo o Estado neoliberal avança, cada vez mais, nos cortes de verbas públicas voltadas para a implementação de políticas sociais que cada vez mais são assumidas pelas organizações da sociedade civil e ganham visibilidade no cenário de precarização das condições de vida do público infantil e adolescente.

É nesse contexto que se pode inferir que iniciativas como o projeto social Esporte Para Todos, apesar de seu alcance limitado e focalizado, propiciam oportunidades para o desenvolvimento de ações esportivas e de interação para as crianças e adolescentes por meio de atividades lúdicas, mudanças em sua rotina, socialização entre seus pares, desenvolvimento de competências e habilidades motoras dentre outros benefícios.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na OELA se efetiva, dentre outras, pela construção de valores democráticos, respeito a dignidade da pessoa humana e articulação com a rede de atendimento social para intervenção em situações em que esses valores e direitos são negligenciados. Considera-se, que o trabalho do Serviço Social dentro da OELA é fundamental e necessário para identificar as necessidades

individuais e coletivas frequentes levantadas pela população ali atendida, ou seja, em termos de assistência social, saúde, educação, proteção de direitos, implementação de benefícios sociais, dentre outros.

Nesse sentido, as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição estão identificadas em: visitas domiciliares com o objetivo de conhecer as condições concretas (residência, bairro) em que vivem os atendidos para o fortalecimento de vínculos e poder garantir os direitos dos mesmos. Além de atendimento direto à comunidade por meio de palestras, reuniões, encaminhamentos e orientações aos usuários para às redes de apoio Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), Secretaria de Estado da Saúde (SES-Am) e Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS-Am) dentre outras.

O setor de Serviço Social atua fortemente na política de assistência social auxiliando os indivíduos que mais necessitam dos direitos sociais, tendo como finalidade tornar os indivíduos que recebem assistência aptos a alcançar os direitos pelas demais políticas públicas. O objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio aos indivíduos, famílias e comunidade no enfrentamento de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, fazendo com que esses cidadãos tenham acesso as políticas sociais públicas. Segundo o Código de Ética Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2012. p. 44)

O Serviço Social na Instituição é o responsável pelo atendimento qualificado às famílias e pelo diálogo técnico e interventivo com os usuários acerca de temáticas como



violência, abuso sexual infanto-juvenil, debates sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), combate ao trabalho infantil, dentre outros temas. O objetivo fundamental é contribuir para o fortalecimento da função protetiva da família e da comunidade, empoderando os sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento pleno das crianças e adolescente. A figura abaixo registra uma das atividades desenvolvidas pelo projeto.

**FIGURA 1:** Esporte Coletivo



Fonte: <https://www.instagram.com/oelabrasil/>. Acesso em 24/08/2022

Elaboração da autora - TCC

Nesse contexto, os profissionais do Serviço Social atuam no enfrentamento dos problemas sociais nos diferentes espaços ocupacionais em que trabalham, buscando orientar os sujeitos em situações de desamparo social e promover o acesso aos direitos sociais logo, o trabalho desses profissionais não é apenas combater a desigualdade, mas propiciar, por meio da sua formação ética, política e técnica, a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *locus* de estágio curricular foi um importante espaço para a realização da pesquisa e momento privilegiado para a formação acadêmica e iniciação científica, na composição da integralização curricular do sujeito estagiário, supervisão em campo e acadêmico, materializados por meio deste Trabalho de Conclusão Curso (TCC). Propiciou, também, uma aproximação do contexto histórico e social em que se insere a problemática da criança e do adolescente e do trabalho desenvolvido por uma organização da sociedade civil integrada ao Terceiro Setor.

Nesse sentido, sem desconsiderar a responsabilidade do Estado frente à problemática em questão, os dados descortinados pelo presente estudo proporcionaram identificar que o projeto social Esporte Para Todos da OLEA contribui para agregar valores na vida da criança e do adolescente no seu desenvolvimento intelectual.

A inserção e a permanência dessas crianças e adolescentes no Projeto Esporte Para Todos durante a pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2, apesar dos desafios aqui apresentados, se mostraram importante para o atendimento célere às crianças e adolescentes e suas famílias em vulnerabilidade social, violência e violações de direitos, propiciando a esses e suas famílias o acompanhamento em situações de risco por profissionais qualificados contribuindo, assim, para a viabilização, a promoção e a garantia dos direitos socioassistenciais a esses usuários que se veem excluídos das oportunidades e benefícios da Assistência Social.

Para além do perfil socioeconômico da criança e do adolescente inseridos no projeto, os dados também desvelaram os desafios que as crianças enfrentam para serem inseridas e, principalmente, para permanecer no Projeto Esporte Para Todos.

Salienta-se, que além da vivência durante a pesquisa, mas também com a experiência de estágio, foi possível identificar que este projeto social pode contribuir para o enfrentamento das expressões da questão social, não se eximindo aqui a inferência de que o Estado deve ser o guardião desse público específico e o terceiro setor deveria ter apenas sua função complementar, e não protagonista no enfrentamento das expressões da questão social, como vem se mostrando atualmente.

Portanto, é possível inferir com os dados levantados por essa pesquisa que as crianças envolvidas no projeto conseguem ter acesso às oportunidades e atividades como o incentivo ao esporte e à cultura, apoio educacional, sempre preservando e viabilizando

os direitos de seus assistidos sem, porém, desconsiderar que esses direitos devem ser assegurados pelo Estado por meio de implementação e implantação de políticas sociais para esse público. Nesse contexto, considera-se que o Projeto Esporte Para Todos aproxima essas crianças e adolescentes das boas oportunidades, como as práticas saudáveis do esporte e contribui para que eles se tornem autossuficientes, melhorando as condições das famílias e das comunidades em geral. Logo, por meio da inserção desse público em projetos sociais possibilita que eles adquiram novos conhecimentos e desenvolvem novas habilidades.

Portanto, são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos como a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) que atuam com iniciativas de projetos sociais, que têm contribuído para mudar a perspectiva de vida de muitas crianças e adolescentes e vêm transformando a realidade das mesmas. Importante ressaltar, que há mais de 24 anos a (OELA) vem desenvolvendo esse trabalho exemplar, que já beneficiou muita gente de diversas classes sociais de forma direta e indireta por meio do desenvolvimento de projetos sociais, voltados às mudanças sociopolíticas econômicas para promover a conscientização do seu papel enquanto cidadão de direitos e deveres.

O resultado aqui alcançado e a análise efetuada podem servir de subsídios para novos estudos e pesquisas adensando a produção e o debate acadêmico sobre a temática, bem como gerar elementos para os órgãos públicos e privados, em especial os que compõe a rede de proteção de crianças e adolescentes, e para conhecimento da sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

BADARÓ, L. **Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a infância e juventude**, Brasília ser social. Vol. 15. 2013. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13039/11394](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13039/11394). Acesso em 22 de junho de 2022.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUE, Ricardo, MEDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro 2000. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD\\_0800.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf). Acesso em 06 agosto de 2022.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Acesso em 15 de abril de 2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em 26 de junho de 2022.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Acesso em 26 de junho de 2022.

Brasil. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10<sup>a</sup>. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título. Disponível em: Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em 22 de agosto de 2022.

BRAUNNER, Luciana Martins. **Projeto Social Esportivo: impacto no desempenho motor, na percepção de competência e na rotina de atividades infantis dos participantes**. Dissertação <http://hdl.handle.net/10183/26088>. 2010. Acesso em 22 de junho de 2022.

CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 07 de julho de 2022.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político**. Coleção Retratos do Brasil; v. 162 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Acesso em 06 de agosto de 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentistas**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. Acesso em 24 de junho 2022.

CRIANÇAS ESPERANÇA. Projetos. Disponível em: <https://projetos.criancaesperanca.unesco.org/>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

CUSTÓDIO, André Viana. **Os novos Direitos da Criança e do Adolescente**. In: Revista Espaço Jurídico. UNOESC, Joaçaba. v. 7, n. 1, p. 17, jan./jun. 2006. Acesso em 22 de junho de 2022.

CUSTÓDIO, André Viana. Os novos **Direito da Criança e do Adolescente**. Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 7, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://files.core.ac.uk/pdf/12703/235125478.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da Criança e do Adolescente**. Criciúma, SC: UNESC, 2009. Acesso em 22 de junho.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 15 de abril de 2022.

FERNANDES, Rubem César. **O que é o terceiro setor?** Revista do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 18, p.26- 30, abr/jun. 1997. Acesso 17 de agosto de 2022.

GERANDO FALCOES. Disponível em:<https://gerandofalcoes.com>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 15 de abril de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 15 de abril de 2022.

GUBA Egon. G.; LINCOLN, YVONNA. S. **Effective evaluation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1981. 15 de abril de 2022

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007. Acesso 10 de Julho

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Acesso 10 de julho

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Acesso 10 de julho

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. 10 de julho

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Acesso em 17 de abril de 2022.

Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Dispões sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.** Diário Oficial da União, Brasília, 05 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 07 de julho de 2022.

LINHARES, Juliana Magalhães. **História Social da Infância** .1ª EDIÇÃO Sobral/2016. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/historia-social-da-infancia/pdf/historia-social-da-infancia.pdf>. Acesso em 24 de junho 2022.

MACIEL, Maria Eunice de S. **A Eugenia no Brasil.** Porto Alegre: Contexto 1999.

MARCÍLIO, Maria Luísa. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950.** In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. 18 de agosto de 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999. Acesso em Acesso em 17 de abril de 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação/** Maria Lúcia Martinelli. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000. Acesso em 18 de agosto de 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação/** Maria Lúcia Martinelli. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2000. Acesso em 18 de agosto de 2022.

MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social.** In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. Acesso em 01 de agosto de 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES; S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 2020. Acesso em 15 de julho de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Desenvolvimento Social:** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br> . Acesso em 18 de agosto de 2022.

MINISTERIO DA SAÚDE. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso 15 de julho de 2022.

NERI, Marcelo Côrtes. **“Mapa da Nova Pobreza”.** Marcelo Neri – 40 págs. Rio de Janeiro, Rj - JUNHO/2022 – FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

NERI, Marcelo Côrtes. OSORIO, Manuel Camillo. **“Retorno para Escola, jornada e Pandemia”.** Marcelo Neri e Manuel Camillo Osorio, Rio de janeiro, RJ – janeiro/2022 – FGV Social – 47 páginas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/RetornoParaEscola>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Revista **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.3, 2001. Disponível em:

[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2022.

OELA. Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CXwmUkYPQLu/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CXwmUkYPQLu/?utm_medium=copy_link). Acesso em 18 de agosto de 2022.

OELA. Projetos sociais e ambientais na Amazonia. Disponível em: <https://www.oela.org.br/>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

PORTAL DA TRANSPARENCIA. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em 18 de agosto.

PRIORE, Mary Del.(org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.  
RAMOS, Fabio Pestana. **Os problemas enfrentados no cotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia: fator de abandono gradual da rota das especiarias**. Revista História. São Paulo: Editora Abril Cultural, vol., XXIV, n. 137, dez., 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18828/20891%3e>. Acesso em 22 de junho de 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). VIGISAN – **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Olhar para a Fome. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

STEPHANOU, Luis et al. **Guia para elaboração de projetos sociais**. Porto Alegre: Fundação Luterana, 2003. Acesso em 18 de agosto de 2022.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses difusos e direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. Acesso em 27 de junho 2022.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999. Aceso em 27 de junho de 2022.

## ANEXOS

## ANEXO 1: Termo de Anuência

**TERMO DE ANUÊNCIA**

A Oficina Escola De Luteria da Amazônia – OELA, situada na Rua Francisco Oliveira (Antiga Rua 22), Quadro O, casa 10 – Conjunto São Cristóvão - Zumbi dos Palmares II, inscrita no CNPJ 03.470.157/0001-79, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 2.837 de 23 de outubro 2003 e reconhecida como Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 226 de 23 de fevereiro de 2010, com 23 anos de atuação.

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado " A inserção e permanência de crianças e adolescentes no Projeto Esporte Para Todos: Uma análise na Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA)", sob a coordenação e a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Laiana Fernandes Maciel, portadora da cédula de RG 2870930-6 e CPF 047.118.872-70 e Prof(a). Maria Graciele Lopes, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 10/01/2022 a 29/04/2022, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Cidade, Manaus de 24/02 de 2022

*Dayles Freitas*  
Gestora OELA

Nome - cargo/função

Rua Francisco Oliveira, Quadra O, Casa 10, Conjunto São Cristóvão-Zumbi dos Palmares II,  
Cep: 69084-583, Manaus-AM  
Fone: 55 (92) 3638-2667 / 3017-6761  
oela@oela.org.br / www.oela.org.br



## ANEXO 2: Formulário de coleta



PODER EXECUTIVO  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



<b>Nome da Pesquisa:</b> A inserção e permanência de crianças e adolescentes no Projeto Esporte Para Todos: Uma análise na Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
<b>Nome do pesquisador:</b> Laiana Fernandes Maciel
<b>Nome da orientadora:</b> Maria Gracileide Lopes
<b>Nome da instituição da coleta de dados:</b> Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA)
<b>Período da Pesquisa:</b> De 10/01/2022 a 29/04/2022
<b>A coleta de informações:</b> Será realizada através dos relatórios mensais do Projeto Esporte Para Todos, diagnóstico social e ficha social da instituição.

## FORMULÁRIO DE PESQUISA DOCUMENTAL

<b>1- PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PROJETO ESPORTE PARA TODOS</b>
<b>QUANTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS NO PROJETO ESPORTE PARA TODOS NO 2021/2022</b> _____
<b>2- SEXO</b>
Masculino _____
Feminino _____
<b>3- FAIXA ETÁRIA</b>
6 a 10 anos _____
11 a 13 anos _____
14 a 17 anos _____
<b>4- ESCOLARIDADE</b>
Fora da idade escolar _____
Fundamental _____
Médio _____
<b>5- COMPOSIÇÃO FAMILIAR</b>

Pai/Mãe \_\_\_\_\_  
Somente Mãe \_\_\_\_\_  
Somente Pai \_\_\_\_\_  
Somente Avós/Avós \_\_\_\_\_  
Somente Tios/Tias \_\_\_\_\_  
Responsável Legal \_\_\_\_\_

**6- CONDIÇÃO DE MORADIA:**

Quantidade de pessoas que moram na casa?

1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_  
4 \_\_\_\_\_  
5 ou mais \_\_\_\_\_

**7- TIPO DE RESIDÊNCIA:**

Própria \_\_\_\_\_  
Alugada \_\_\_\_\_  
Cedido \_\_\_\_\_

**8-TIPO DE MORADIA:**

Alvenaria \_\_\_\_\_  
Madeira \_\_\_\_\_  
Mista \_\_\_\_\_  
Outros \_\_\_\_\_

**9- RENDA FAMILIAR:**

Sem renda \_\_\_\_\_  
500 a 1.100,00 \_\_\_\_\_  
1.100 a 2.500,00 \_\_\_\_\_  
Acima de 2.500,00 \_\_\_\_\_

**10- BENEFÍCIOS SOCIAIS:**

Sim \_\_\_\_\_  
Não \_\_\_\_\_

<b>11- TIPO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS RECEBIDOS</b>
<b>2- INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PROJETO ESPORTE PARA TODOS</b>
<b>1- COMO O PROJETO É DIVULGADO PARA A COMUNIDADE?</b>
<b>2- COMO SE DÁ A INSERÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PROJETO ESPORTE PARA TODOS DA OELA</b>
Ficha Social _____
Inscrições Online _____
<b>3- COMO SE DÁ O ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROJETO ESPORTE PARA TODOS DA OELA?</b>
<b>4- QUAIS OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NO PROJETO SOCIAL ESPORTE PARA TODOS?</b>